



Relatório & Contas

> 2010 <

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Instituto Nacional de Aviação Civil, IP
Relatório & Contas 2010

EDITOR

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Rua B, Edifícios 4, 5, 6 e Santa Cruz – Aeroporto da Portela
1749-034 Lisboa
Telefone: 218423500
Fax: 218473585
URL: <http://www.inac.pt>
E- mail: inacgeral@inac.pt

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Direcção de Gestão de Recursos

IMAGEM

Departamento de Comunicação

Periodicidade: Anual

Data da Edição: Abril de 2011

ÍNDICE

1. Missão, Visão, Valores, Principais Atribuições, Objectivos Estratégicos	4
1.1 Breve Caracterização do INAC, I.P.	4
Organograma	5
1.2 Visão, Missão, Valores	6
1.3 Principais Atribuições	7
1.4 Objectivos Estratégicos	8
2. Recursos Humanos	10
2.1 Efectivos	12
2.2 Qualificações	15
2.3 Formação	16
2.4 Estrutura Etária	17
2.6 Outras Actividades	18
3. Recursos Financeiros	19
3.1 Caracterização e Síntese Evolutiva	20
3.2 Saldos de Gerência	24
3.3 Execução Orçamental	26
- Execução da Despesa	26
- Execução da Receita	29
3.4 Execução Patrimonial	32
- Contas de Balanço	32
- Contas de Resultados	34
3.5 Demonstrações Financeiras	36
- Balanço	36
- Demonstração de Resultados	38
- Indicadores Económico-Financeiros	39
3.6 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	40
4. Parecer do Fiscal Único	53

1. Missão, Visão, Valores, Principais Atribuições, Objectivos Estratégicos

1.1 Breve Caracterização do INAC, I.P.

O INAC, I. P., é um instituto público, criado em 1998, através do Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, alterado, posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 145/02, de 21 de Maio, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue atribuições do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob superintendência e tutela do respectivo ministro.

O INAC, I.P., é um organismo central com sede em Lisboa e com jurisdição sobre todo o território nacional, incluindo o espaço aéreo sujeito a jurisdição do Estado Português e tem por missão regular e fiscalizar o sector da aviação civil e supervisionar e regulamentar as actividades desenvolvidas neste sector.

A revisão do modelo organizacional do INAC, I.P., concretizada através da publicação do Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica deste Instituto, e da Portaria n.º 543/2007, de 30 de Abril, que aprovou os Estatutos do INAC, I.P., visou adequar a estrutura às crescentes necessidades do sector, reforçando as responsabilidades nas áreas de regulação, supervisão e inspecção e, ao mesmo tempo, exigiu uma mudança nas metodologias de gestão, de modo a potenciar a flexibilidade de actuação e a adequação dos meios necessários à actuação do órgão regulador do sector da aviação civil.

A actual estrutura orgânica do INAC, I.P. é composta por 9 unidades orgânicas de nível I (Direcções e Gabinetes) que se subordinam hierárquica e funcionalmente ao Conselho Directivo. No apoio estratégico ao Conselho Directivo existem 3 unidades orgânicas de Nível I: Gabinete de Estudos e Controlo de Gestão, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico de Sistemas de Informação e Comunicações e Gabinete Jurídico. As funções de suporte ao funcionamento do INAC, I.P. são asseguradas por uma unidade orgânica de nível I – a Direcção de Gestão de Recursos. As funções nucleares são asseguradas por 4 unidades orgânicas: Direcção de Infra-estruturas e Navegação Aérea, Direcção de Segurança Operacional, Direcção de Regulação Económica e Direcção de Certificação Médica. Existem ainda outras 2 unidades orgânicas, designadamente, a Direcção de Facilitação e Segurança, unidade orgânica de nível I na dependência directa do Presidente do Conselho Directivo, e o Departamento de Comunicação, unidade orgânica de nível II de apoio estratégico ao Conselho Directivo.

1.2 Visão, Missão, Valores

VISÃO

Projectar o INAC, I.P. como uma autoridade aeronáutica de referência europeia, prestigiada e respeitada, destacando-se pela sua gestão, realização dos seus profissionais e pela eficiência dos seus processos, visando a satisfação dos interessados.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento seguro, eficiente e sustentado das actividades da aviação civil através da supervisão, regulação, regulamentação, certificação, licenciamento, homologação e fiscalização dessas actividades.

VALORES

- ✓ Qualidade dos serviços prestados;
- ✓ Rigor, autonomia, responsabilização e flexibilidade na gestão;
- ✓ Foco da actividade centrado no cliente;
- ✓ Dedicação, competência, produtividade e responsabilização dos profissionais;
- ✓ Ética profissional;
- ✓ Trabalho em equipa multidisciplinar;
- ✓ Disponibilidade para a mudança;
- ✓ Bom relacionamento humano.

1.3 Principais Atribuições

As principais atribuições e competências actuais do Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. e as principais actividades que lhes correspondem sintetizam-se do seguinte modo:

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS	PRINCIPAIS ACTIVIDADES
Coadjuvar o governo, na definição das linhas estratégicas e de políticas gerais e sectoriais para a aviação civil	Elaborar projectos de legislação, colaborar na preparação de diplomas legais e regulamentares, nacionais e comunitários e acompanhar a sua aplicação; Representar o estado português em organismos internacionais relativos ao sector da aviação civil.
Promover a segurança aérea	Regulamentar, supervisionar, inspeccionar e fiscalizar as organizações, as actividades, os equipamentos e as instalações do sector
Promover a adequada regulação económica do sector	Regular as actividades aeroportuárias, de navegação aérea e de transporte aéreo; Supervisionar as condições do exercício das actividades da aviação civil; Garantir os direitos dos passageiros.
Promover a facilitação e a segurança de gestão de transporte aéreo e coordenar o respectivo sistema nacional	Coordenar e supervisionar a implementação e execução dos programas nacionais de facilitação e segurança da aviação civil e de controlo da qualidade da segurança da aviação civil; Promover a implementação e o desenvolvimento do programa nacional de formação e treino de segurança da aviação civil.

1.4 Objectivos Estratégicos

Com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes do Instituto e também de aumentar a eficácia e eficiência do INAC, I.P. foram definidos os princípios orientadores da gestão do Instituto, designadamente:

- a) Implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da contribuição para o desenvolvimento do respectivo sector da Aviação;
- b) Adopção das «melhores práticas de gestão»;
- c) Desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas de referência, que possibilitem ao Instituto o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade, assente, fundamentalmente, numa nova filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental e social;
- d) Prestação de um serviço com a qualidade exigida por lei;
- e) Garantia de eficiência económica nos custos suportados e nas soluções adoptadas para prestar esse serviço;
- f) Observância dos princípios gerais da actividade administrativa, quando estiver em causa a gestão pública.

Tendo em conta estes princípios orientadores e numa perspectiva de reforço da actuação do INAC, I.P. nomeadamente no sentido de adequá-la às necessidades do sector, foram definidas as orientações estratégicas que o Instituto deverá prosseguir naquele período e concretizar no seu modelo de gestão:

- a) Assegurar um modelo de remuneração adequado do sistema aeroportuário, que facilite a sustentabilidade e racionalidade económica do mesmo
- b) Adaptar o modelo regulatório para assegurar o desenvolvimento adequado do sistema aeroportuário nacional;
- c) Garantir a segurança da aviação civil promovendo uma eficaz regulação e regulamentação do sector, bem como eficiente acção inspectiva e fiscalizadora;
- d) Melhorar a qualidade dos serviços prestados, concretizando uma redução visível dos prazos médios e desburocratizando e simplificando os processos de interface com os agentes económicos do sector;

- e) Reforçar as competências dos recursos humanos do Instituto, assegurando a disponibilidade dos meios necessários para a concretização da missão que lhe está cometida;
- f) Assegurar a sustentabilidade económico - financeira, minimizando a dependência do Orçamento de Estado e libertando os meios financeiros indispensáveis para cobrir os custos de funcionamento e financiar investimentos relacionados com a melhoria da eficácia no cumprimento da sua actividade.

2. Recursos Humanos

O ano de 2010 caracterizou-se por várias alterações legislativas, nomeadamente no que diz respeito a procedimentos concursais e contratações em regime de avença.

Sendo o planeamento dos Recursos Humanos uma tarefa fundamental para garantir o cumprimento da missão da estratégia e dos objectivos de qualquer organização, estas alterações provocaram constrangimentos ao nível da colmatação de necessidades de pessoal.

Em 2010 o modelo organizacional do INAC, manteve a estrutura baseada no seu mapa de pessoal tendo como referência as competências e perfis definidos para cada posto de trabalho, em cada Gabinete/Direcção/Departamento, tendo em consideração as necessidades do Instituto, para a prossecução da sua missão, pese embora as limitações orçamentais impostas.

Verificou-se uma maior consolidação na implementação do sistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores na Administração Pública (SIADAP 123), área em que uma vez mais se investiu num maior envolvimento de todos os colaboradores (avaliadores e avaliados), pela importância que esta área detém no novo modelo de gestão por objectivos e dos recursos humanos na Administração Pública, bem como na vida de todos os trabalhadores, como factor de evolução na carreira profissional.

Da análise do mapa de pessoal elaborado aquando da elaboração do Orçamento de Estado e considerando o número de postos de trabalho previstos e o número de postos de trabalho ocupados verificou-se uma vez mais a necessidade de recrutar trabalhadores, nomeadamente nas áreas técnicas.

O INAC, para cumprir as suas atribuições de uma forma aceitável, deve estar dotado de pessoal técnico em número adequado e devidamente formado e com a experiência profissional requerida pelas entidades internacionais que regulam o sector, as quais consideram como ponto crítico a avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos do INAC.

A carência de recursos humanos, ou a sua não qualificação de acordo com os *standards* e recomendações de organizações internacionais, pode comprometer gravemente, a actividade desenvolvida pelo INAC e pôr em causa o sistema nacional de supervisão dos operadores, organizações e pessoal aeronáutico nacionais.

O recrutamento de novos colaboradores foi uma das preocupações tidas no ano de 2010 e nesse sentido foram tomadas acções de modo a habilitar o Instituto de meios humanos de forma a garantir a prossecução da sua missão e dos objectivos estratégicos.

Uma das principais acções foi a abertura de procedimentos concursais, para recrutar novos colaboradores no Universo dos trabalhadores com relação jurídica de emprego público já estabelecida. No que diz respeito aos recrutamentos na Administração Pública os mesmos caracterizam-se por uma grande morosidade, nas suas diferentes etapas o que não tem permitido satisfazer em tempo útil as necessidades sentidas pelas diversas Unidade Orgânicas.

A par disso, a adopção de medidas adicionais de consolidação orçamental (Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, e o Despacho n.º 15.248-A/2010 de Sua Ex.^a o Sr. Ministro das Finanças, de 6 de Outubro de 2010, tiveram impacto na política de recursos humanos do INAC.

Como forma de responder, ainda que parcialmente, às necessidades sentidas em algumas unidades orgânicas, o INAC manteve a colaboração de pessoal, recrutado através do regime de mobilidade interna/interesse público. Esta solução permitiu, no entanto, suprir, as necessidades de algumas unidades orgânicas, excepto nas áreas operacionais, na medida em que na Administração Pública não existem trabalhadores altamente especializados do sector da aviação civil (pilotos de linha área, controladores de tráfego aéreo, assistência em escala, técnicos de manutenção de aeronaves).

O INAC manteve o investimento na formação profissional dos trabalhadores, com especial incidência nas áreas operacionais durante o ano de 2010, designadamente na execução do previsto no Manual de Recrutamento e Formação de Pessoal Técnico em vigor no Instituto, de forma a cumprir e manter os padrões internacionais nesta área.

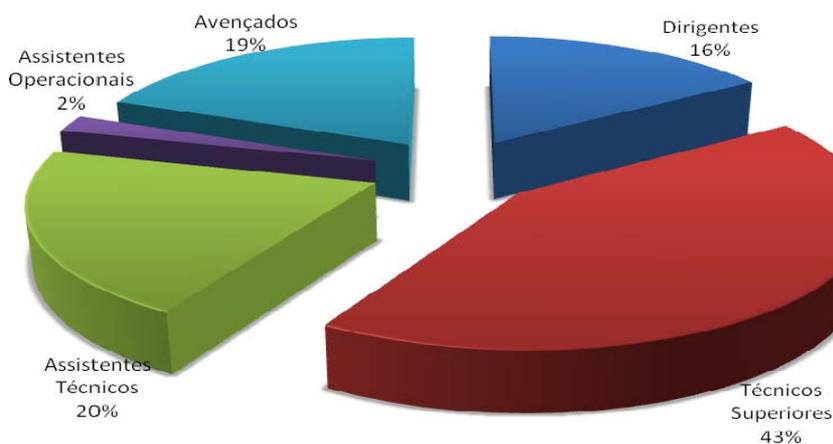
O INAC, I.P. continuou a investir na formação profissional dos trabalhadores, com especial incidência nas áreas operacionais durante o ano de 2010, designadamente na execução do previsto no Manual de Recrutamento e Formação de Pessoal Técnico em vigor no Instituto, de forma a cumprir e manter os padrões internacionais nesta área.

No que diz respeito, ao quadro da responsabilidade social, o INAC, I.P. manteve a colaboração, através de protocolo, com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), permitindo a integração no mercado de trabalho, de jovens daquela associação.

2.1 Efectivos

O ano de 2010 caracterizou-se por um acréscimo do número de efectivos, uma vez que o número de prestadores de serviços aumentou em 4% comparativamente ao ano de 2009. Contudo, a tendência nos restantes grupos profissionais é de diminuição, o que se tem vindo a verificar, e que implica um maior esforço dos recursos existentes na adequação às atribuições e exigências das restantes unidades orgânicas por forma a cumprirem os objectivos do INAC, I.P.

Evolução dos Recursos Humanos	2008	2009	2010
Caracterização	190	187	195
Grupos Profissionais			
Dirigentes	32	31	31
Técnicos Superiores	84	85	83
Assistentes Técnicos	46	39	40
Assistentes Operacionais	5	4	4
Avençados/Prestadores de Serviço	23	28	37



Tendo como objectivo fazer face às saídas registadas ao longo dos últimos anos, o INAC diligenciou no sentido de iniciar um conjunto de procedimentos concursais, de modo a ocupar alguns dos postos de trabalho do seu mapa de pessoal de acordo com a evolução das necessidades sentidas pelas Unidades Orgânicas e disponibilidades orçamentais.

A par disso, e no sentido de dotar as várias Unidades Orgânicas com os meios humanos necessários, continuou-se a promover o recrutamento através da figura da mobilidade interna/cedência de interesse público na Administração Pública, de modo a recrutar pessoal qualificado.

O recurso à mobilidade acarreta dificuldades, no que diz respeito às saídas dos trabalhadores dos organismos de origem, dos quais é necessário a devida autorização, sendo este um dos entraves à rapidez e eficácia destes processos de recrutamento. O facto das situações de mobilidade estarem também sujeitas a um limite temporal e não poderem traduzir uma alteração na posição remuneratória do trabalhador, representa outra dificuldade, uma vez que este tipo de recrutamento será sempre por um período determinado de tempo, não tendo por base a transição a título definitivo de qualquer trabalhador.

No entanto e no que diz respeito aos procedimentos concursais, e apesar de promoverem a entrada de trabalhadores, com um carácter permanente, a grande dificuldade encontrada é a morosidade do próprio processo até à sua conclusão, na medida em que a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) e a Avaliação Psicológica (AP), não estão a cargo deste Instituto.

Efectivamente foram abertos procedimentos para a ocupação de 17 postos de trabalho, sendo que 14 correspondiam a Técnico Superior e 3 a Assistente Técnico. Dos procedimentos concursais abertos para Técnico Superior 2 foram considerados improcedentes (deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados). A 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se ainda em desenvolvimento os procedimentos para a ocupação de 15 postos de trabalho.

Importa, ainda, referir que dos procedimentos concursais transitados do ano de 2009, foram ocupados 13 postos de trabalho, sendo 7 Técnicos Superiores e 6 Assistentes Técnicos.

Quanto às figuras da mobilidade interna e cedência de interesse público, as quais permitem otimizar e utilizar recursos disponíveis na Administração Pública, contemplaram apenas 3 novos postos de trabalho.

Todavia, o recurso ao pessoal em situação de mobilidade não se afigura possível para as áreas técnicas, altamente especializadas, dada a inexistência de técnicos do sector da aviação civil disponíveis na Administração Pública.

Neste âmbito e dada a especificidade do sector e os constrangimentos que a falta de pessoal têm vindo a causar, foi autorizada a celebração de contratos de prestação de serviço, na modalidade de avença, na sequência do Despacho n.º 14635/2010 de Sua Ex.^a o Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, de 22 de Setembro de 2010. Este despacho veio ao encontro das

necessidades de meios humanos específicos para o INAC, designadamente a contratação de profissionais altamente especializados do sector da aviação civil.

Em termos de evolução de pessoal, o ano de 2010, ficou marcado, no que diz respeito às entradas e saídas, pelas cessações e renovações dos contratos de avença com técnicos altamente qualificados, cujo grau de especialização e formação profissional, foi determinante na contratação dos mesmos.

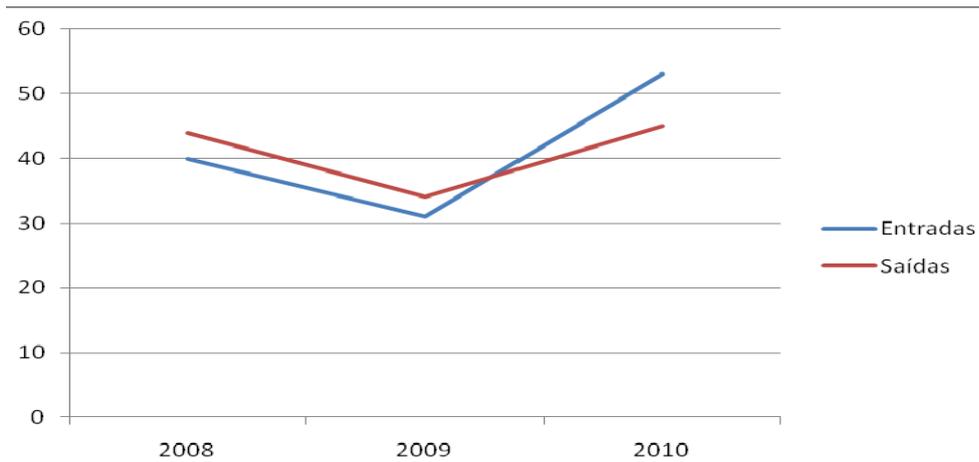
Em 2010 registou-se a saída de 45 colaboradores por diversos motivos, nomeadamente:

- Cessação de contrato de avença – 28;
- Aposentação – 4;
- Denúncias de contrato individual de trabalho – 3;
- Fim de situação de mobilidade - 6
- Outros motivos – 4.

Dos motivos de saída, destaca-se um elevado número de cessações de contratos de avença e fim de situações de mobilidade, ao passo que em anos anteriores foram as situações de aposentação aquelas que um número mais elevado de saídas registaram. De salientar que, face aos constrangimentos de recrutamento de pessoal nos últimos cinco anos, o INAC não teve a possibilidade de compensar a saída dos trabalhadores aposentados.

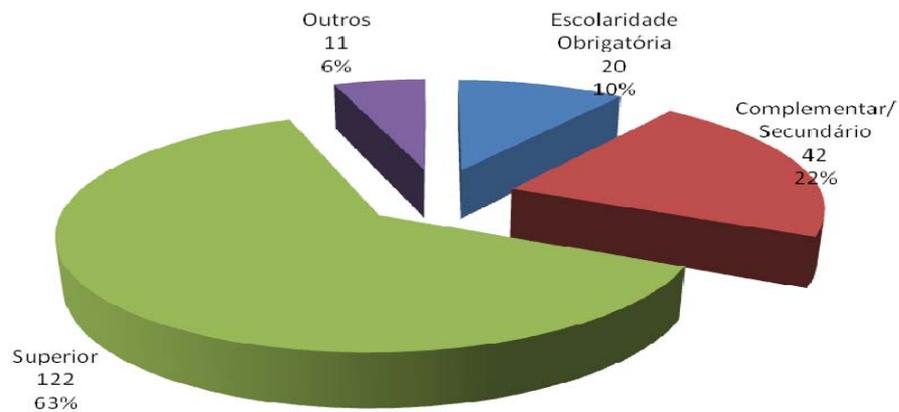
Em síntese, a evolução dos efectivos do Instituto teve subjacente a seguinte configuração:

Evolução dos Recursos Humanos	2008	2009	2010
Início do Ano	194	190	187
Entradas	40	31	53
Saídas	44	34	45
Saldo de Movimentos	-4	-3	8
Total	190	187	195

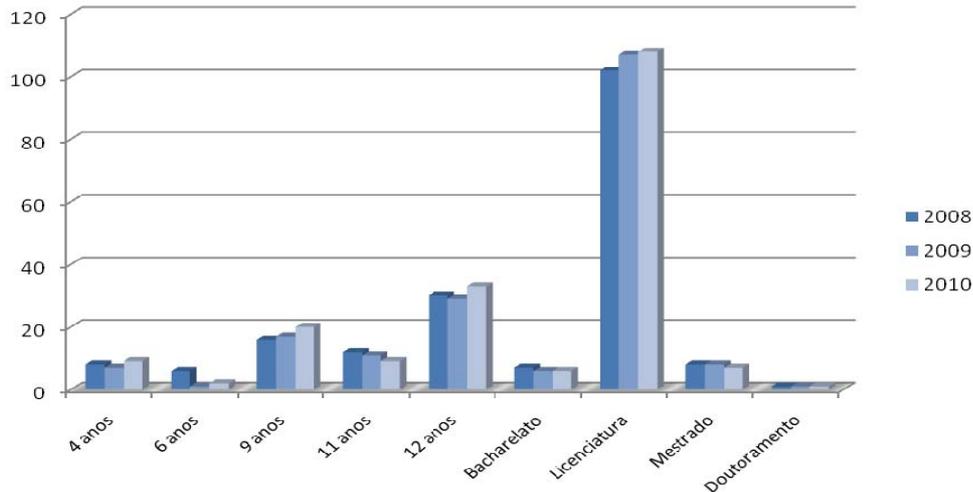


2.2 Qualificações

O INAC tem como um dos seus objectivos, dotar os serviços de recursos humanos mais qualificados e especializados, de forma a garantir a prossecução das suas atribuições. No ano de 2010 mantiveram-se os níveis de habilitações detidos pelos trabalhadores, sendo que o número de trabalhadores com habilitação de nível superior, abrange um total de 63% do Universo dos efectivos.



Efectivamente, o número de efectivos detentor de habilitação superior, tem sido factor constante ao longo dos últimos anos, o que se reflecte na distribuição dos trabalhadores por carreiras, existindo um maior peso de Técnicos Superiores, reflectindo ainda o compromisso em dotar o Instituto com meios humanos mais qualificados.



2.3 Formação

Ao longo dos últimos anos, temos assistido a um esforço no que diz respeito ao desenvolvimento da formação profissional. Com efeito tem vindo realizar-se um planeamento mais rigoroso da formação, com uma maior atenção no que diz respeito às áreas mais técnicas do Instituto.

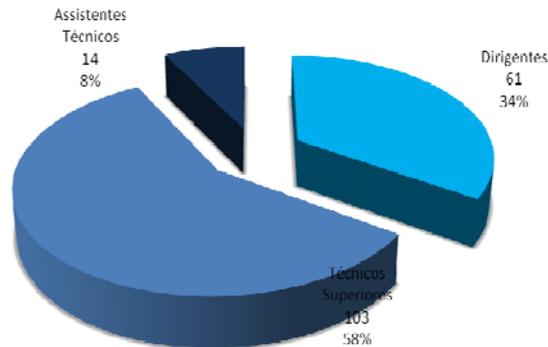
Existe cada vez mais a consciência da importância da formação como factor decisivo no processo de qualificação e valorização dos recursos humanos.

Tal como em anos anteriores, também em 2010, manteve-se um investimento significativo na área da formação profissional, a qual teve presente a realização de acções de natureza significativamente mais técnica e internacional, bem como a realização de acções internas, visando a constituição de grupos compostos por diversos colaboradores e com a presença de formadores externos, com o objectivo de se fomentar a coesão e discussão interna.

Em 2010, realizaram-se, entre acções internas e externas, 66 acções de formação que se traduziram num total de 4.579 horas de formação, com um custo total de € 113.292,59. Neste Universo estiveram envolvidos Dirigentes, Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos, num conjunto de 178 participações.

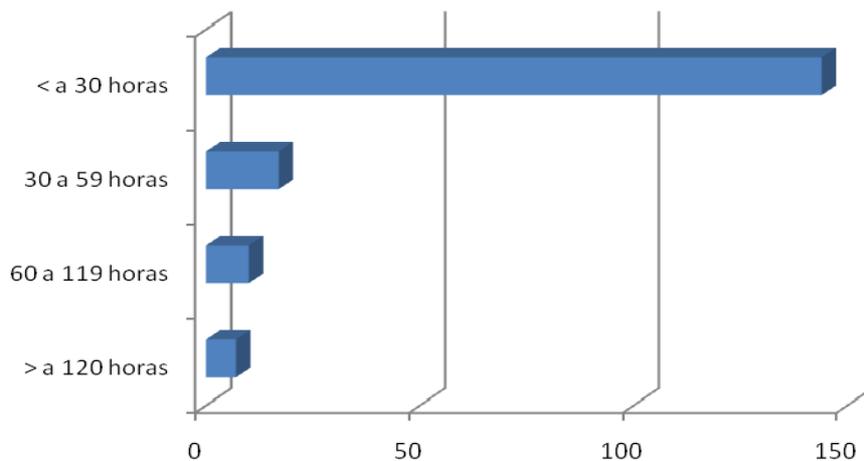
Verifica-se pelos números indicados uma diminuição do número de acções realizadas, horas de formação e número de participações, e dos custos envolvidos, motivada por constrangimentos orçamentais, nomeadamente cativação de verbas no que à formação diz respeito.

Participações em Acções de Formação por Grupo Profissional



Verifica-se ainda uma grande predominância de acções com uma carga horária reduzida ou seja, acções de formação com duração inferior a 30 horas.

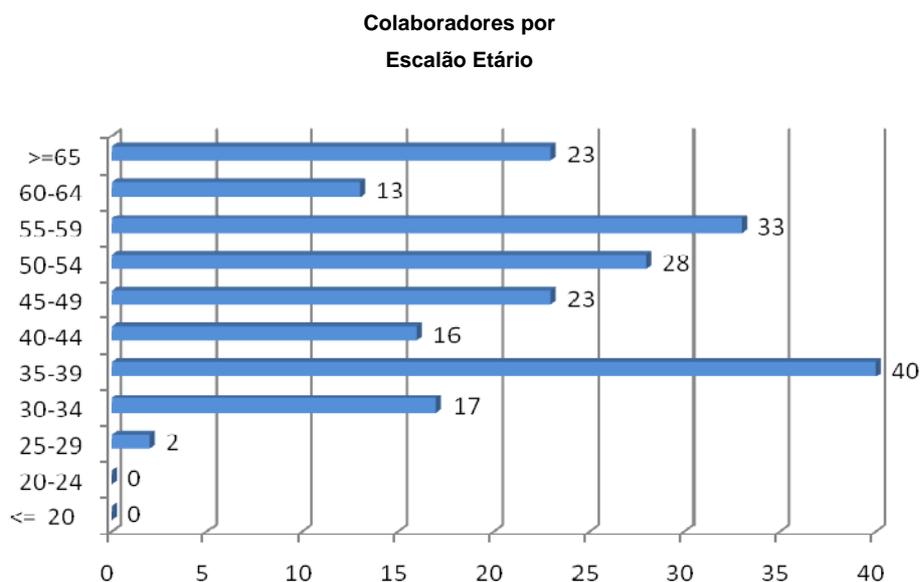
Número de Acções segundo a duração



2.4 Estrutura Etária

No que diz respeito à estrutura etária e apesar do esforço realizado no sentido de possibilitar um refrescamento do conjunto dos recursos humanos, em que muito contribuiu a entrada de novos elementos a par com a saída ao longo dos últimos anos de um número considerável de colaboradores com uma estrutura etária acima dos 50 anos de idade, por motivos de aposentação, há que salientar que cerca de 43% dos colaboradores deste Instituto têm idades compreendidas entre os 45 e os 59 anos, e que acima dos 65 anos representam 12% do Universo de trabalhadores.

No entanto, é de referir igualmente que cerca de 31% dos colaboradores têm idade inferior a 40 anos.



2.6 Outras Actividades

Em cumprimento com o disposto na lei, os trabalhadores do INAC continuaram a efectuar os rastreios relativos à medicina de trabalho na Unidade de Cuidados de Saúde (UCS), prestação de serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na modalidade de regime externo.

3. Recursos Financeiros

A Conta de Gerência e demais peças finais de prestação de contas foram elaboradas tendo por base os princípios e regras inerentes ao orçamento de Estado e os princípios contabilísticos geralmente aceites definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública em vigor. A sua realização teve como base a continuidade das operações de acordo com os princípios contabilísticos da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade, da não compensação e da substância sobre a forma.

A análise efectuada no âmbito do Relatório de Contas incide sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras (balanço e demonstração dos resultados) previstas no POCP.

Na leitura dos comentários, em particular sobre os indicadores económicos e financeiros, deve ter-se em consideração que o INAC, I.P. está integrado no Sector Público Administrativo, o que condiciona a interpretação sobre os indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

Por outro lado, a análise dos indicadores de rentabilidade terá que ser enquadrada na circunstância de que os fundos próprios são constituídos pelo património inicial e pelos resultados transitados.

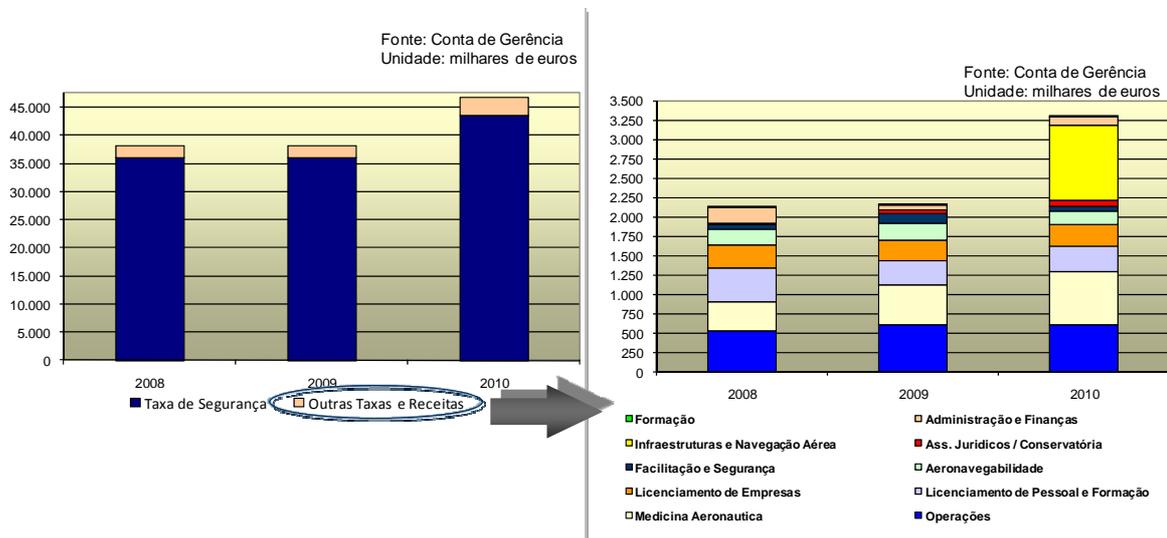
Os mapas financeiros foram elaborados em Euros, excepto onde mencionado em contrário.

3.1 Caracterização e Síntese Evolutiva

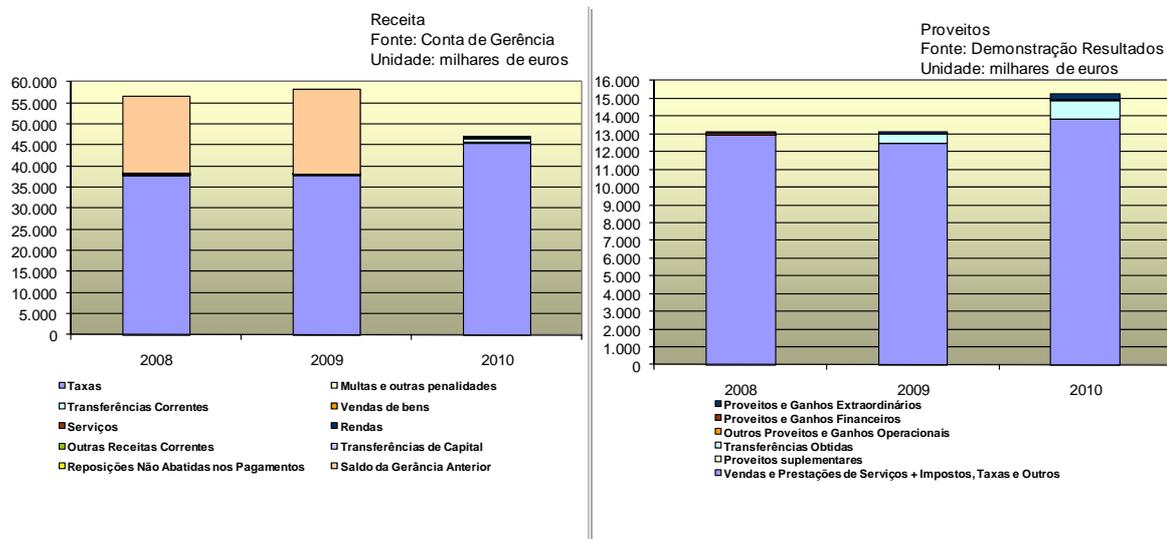
A situação económico-financeira é um reflexo das capacidades competitivas do Instituto, da forma como estas têm sido criadas e geridas internamente e percebidas externamente.

Nesta vertente a Tutela e o Ministério das Finanças têm uma importância decisiva no montante de recursos que o INAC, I.P. pode afectar à sua actividade, aquando da elaboração do orçamento, estabelecendo que parte lhe cabe do montante das taxas aplicadas.

Taxa de Segurança e Outras Taxas Operacionais



Evolução da Receita versus Proveitos



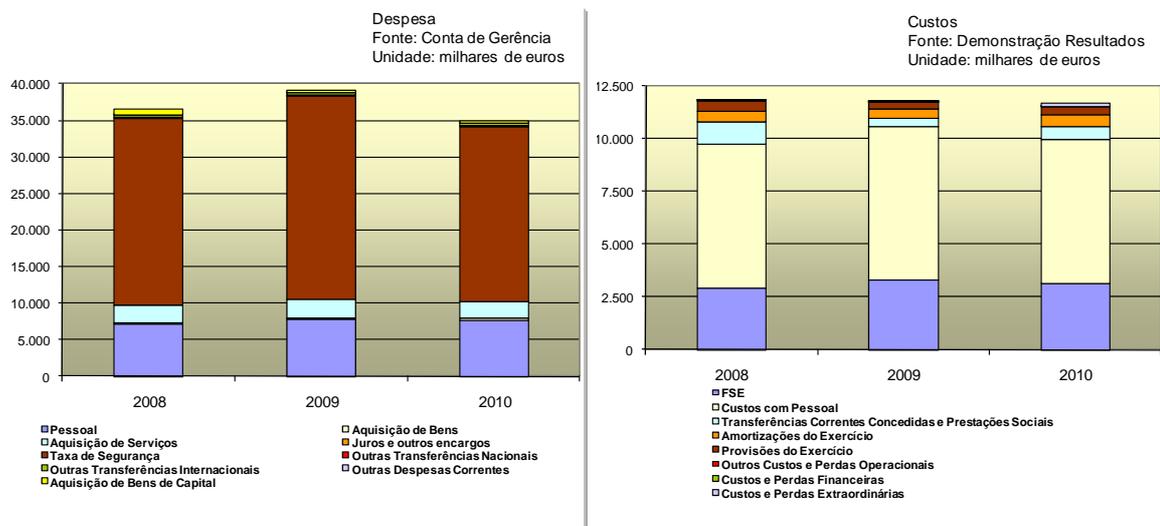
A taxa de segurança, directamente relacionada com o tráfego aéreo de passageiros, é a principal fonte de receita do INAC, I.P., representando cerca de 93% do total da receita arrecadada. Saliente-se, no entanto, que por se tratar de uma receita consignada, apenas uma parte dos valores facturados com a taxa de segurança são proveitos do INAC, I.P., sendo o remanescente distribuído pelos diversos agentes responsáveis pela segurança e controlo da aviação civil.

Beneficiário / EGAP	ANA	ANAM	Outros
INAC	27,5%	27,5%	27,5%
ANA	12,5%		
ANAM		12,5%	
SATA			42,5%
FRT / FRACDE			
CM Cascais			
CM Bragança			
CM Vila Real			
Forças de Segurança	60,0%	60,0%	30,0%
	100,0%	100,0%	100,0%
Distribuição Forças de Segurança			
SEF	40,0%	40,0%	40,0%
PSP	45,0%	45,0%	45,0%
GNR	15,0%	15,0%	15,0%
Afectação ao SEF / Portaria n.º 1360/2009, de 27 de Outubro			
+SEF 2009	1 Euro	1 Euro	1 Euro

Atendendo ao indicado, os resultados do INAC, I.P. são directamente influenciados por factores exógenos, designadamente as flutuações do tráfego aéreo.

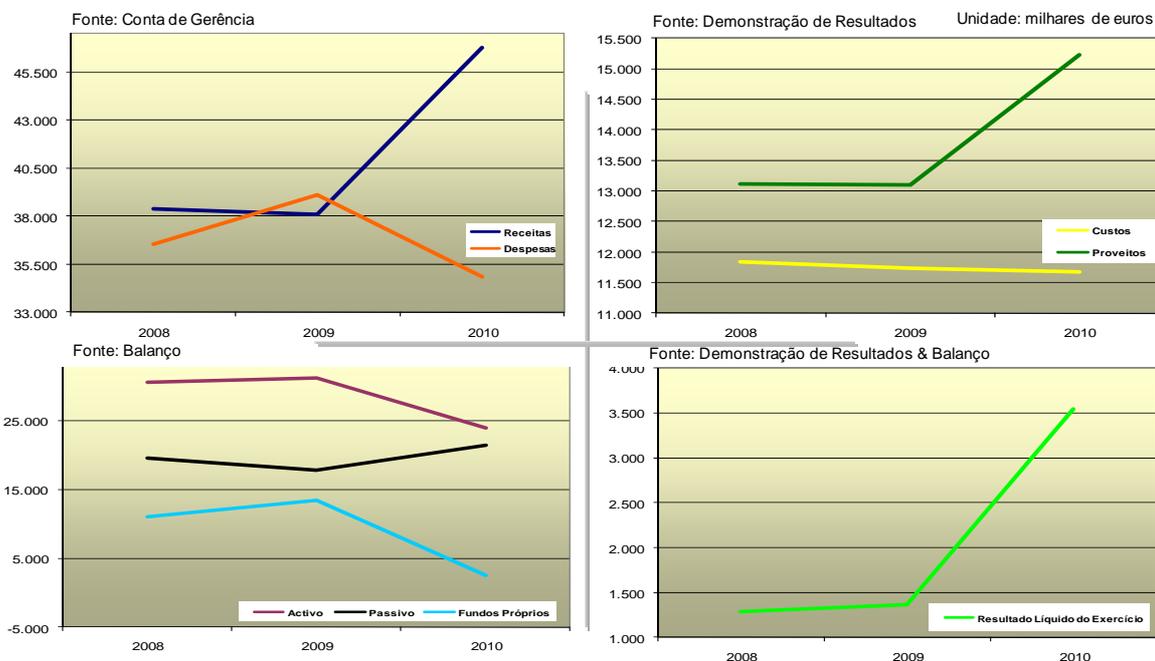
As outras taxas e receitas do Instituto são as provenientes da actividade operacional e assumem comportamentos distintos em função da respectiva natureza que lhe está associada.

Evolução da Despesa versus Custos



Evolução da Estrutura Financeira

- Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras



Em 2010, o INAC, I.P. atingiu o seu melhor Resultado Líquido do Exercício desde 2001, o qual ascendeu a 3.550.245 €, este comportamento foi acompanhado por um crescimento dos proveitos superior ao acréscimo dos custos, decorrente da adopção de medidas de contenção orçamental e da despesa pública impostas a nível central pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, em sede aprovação do Orçamento de Estado de 2010 e respectiva execução.

Assim e face às medidas de contenção de realização de despesa pública, na óptica contabilística orçamental o ano de 2010 caracterizou-se por um superávit de 11.921.134 €, situação em grande parte justificada pelo cumprimento da regra de execução orçamental, em que 20% de uma parte significativa da receita, não pode ser afectada à concretização de despesa, tendo presente a regra do equilíbrio orçamental.

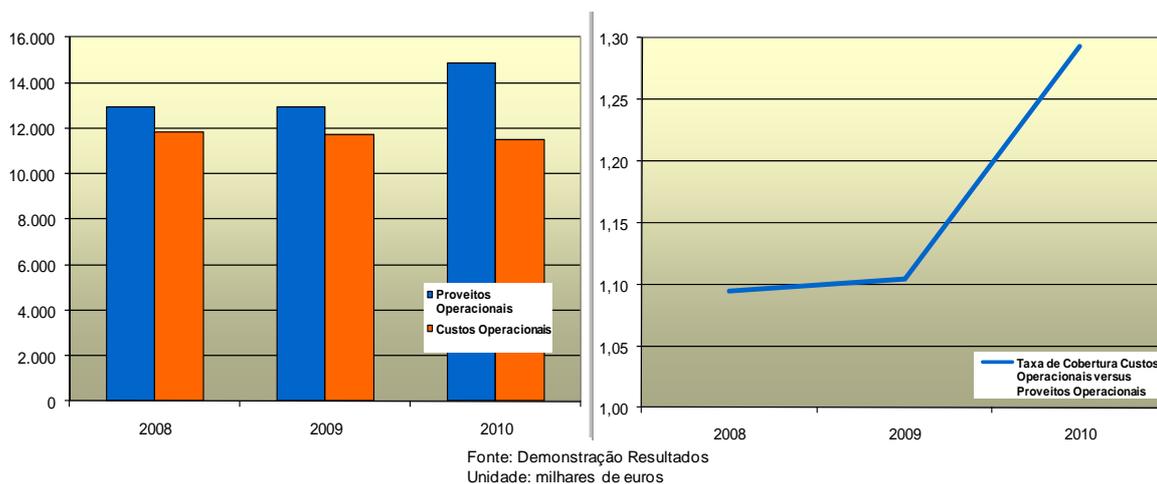
Neste contexto, não obstante o INAC tenha obtida a receita inerente à actividade corrente, nos termos estabelecidos pela lei, não pode cumprir todas as transferências que decorrem desta, pelo que as contas do exercício de 2010 reflectem, uma diminuição da despesa em transferências de montante significativo, acompanhada por um aumento das dívidas a terceiros (no caso em apreço as entidades beneficiárias da taxa de segurança).

De referir também que embora em 2009 tenha ocorrido pela primeira vez o reconhecimento do proveito da taxa de rota, a receita inerente a esta situação (transferência da NAV para o INAC), apenas ocorreu em 2010, ano em que se concretizou a recuperação dos valores inerentes à taxa de rota de 2008 e 2009, os quais totalizaram um fluxo monetário de cerca de 1 milhão de euros.

Salienta-se que, por imposição legal, os saldos de gerência acumulados até ao final de 2009, foram objecto de entrega na Tesouraria do Estado, situação que teve um reflexo bastante significativo ao nível das disponibilidades detidas e dos fundos próprios.

Em termos gerais, considera-se que a posição financeira do Instituto é equilibrada, ou seja, revela capacidade em ajustar o ritmo dos fluxos, resultantes da transformação das aplicações em disponível com o dos fluxos resultantes da transformação em exigível das origens.

Evolução da Taxa de Cobertura de Custos Operacionais por Proveitos Operacionais



Na análise à taxa de cobertura dos Custos Operacionais pelos Proveitos Operacionais, constata-se que o INAC, I.P. teve uma melhoria bastante relevante deste rácio face a 2009, atingindo um valor de 1,29, a melhor marca de sempre obtida, tendo presente que nos últimos cinco anos tal rácio variou entre 1,01 e 1,11, o que decorre, conforme anteriormente referido, essencialmente das medidas de contenção orçamental impostas em sede de orçamento e execução orçamental.

3.2 Saldos de Gerência

A conta de gerência relativa a 31 de Dezembro de 2010 apresentou um volume global de 67.902.433,90 € e sintetiza-se no seguinte quadro de fluxos:

	(em Euros)		
	2008	2009	2010
1. Saldo da gerência anterior:			
De dotações orçamentais (OE)	5.043,03	70.735,28	0,00
De receitas próprias	18.396.460,95	20.145.470,48	19.090.889,18
De operações de tesouraria	22.843,87	421.724,71	168.506,72
	18.424.347,85	20.637.930,47	19.259.395,90
2. Recebimentos na gerência:			
De dotações orçamentais (OE)	387.604,00	0,00	0,00
De receitas próprias	37.980.800,62	38.072.586,60	46.786.870,61
De operações de tesouraria	1.661.324,28	1.899.741,07	1.856.167,39
	40.029.728,90	39.972.327,67	48.643.038,00
TOTAL	58.454.076,75	60.610.258,14	67.902.433,90
3. Pagamentos na gerência:			
De dotações orçamentais (OE)	316.868,72	0,00	0,00
De receitas próprias	36.231.791,09	39.127.167,90	34.865.736,23
Importâncias entregues ao Estado e outras entidades	5.043,03	70.735,28	19.090.889,18
De operações de tesouraria	1.262.443,44	2.152.959,06	1.620.078,42
	37.816.146,28	41.350.862,24	55.576.703,83
4. Saldo para a gerência seguinte (1+ 2 - 3):			
De dotações orçamentais (OE)	70.735,28	0,00	0,00
De receitas próprias	20.145.470,48	19.090.889,18	11.921.134,38
De operações de tesouraria	421.724,71	168.506,72	404.595,69
	20.637.930,47	19.259.395,90	12.325.730,07
TOTAL	58.454.076,75	60.610.258,14	67.902.433,90

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo resultante da execução orçamental foi de 12.325.730,07 € (19.259.395,90 € no final do ano económico de 2009), sendo constituído por 11.921.134,38 € (19.090.889,18 € no final do ano económico de 2009) de receitas próprias e por 404.595,69 € (168.506,72 € no final do ano económico de 2009) provenientes de operações de Tesouraria.

Salienta-se que, parte significativa do saldo de gerência corresponde, por via da Receita da Taxa de Segurança (receita consignada), 10.181.601,84 € deverão ser obrigatoriamente distribuídos às entidades beneficiárias da mesma, pelo que, o saldo efectivo de Receitas Próprias pertença deste Instituto é de 1.739.532,54 € (Um milhão, setecentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos).

(em Euros)

	2008	2009	2010
Receita			
Funcionamento			
Taxa de Segurança	35.293.982	35.641.825	43.220.839
Outras Taxas	1.902.539	2.036.729	3.137.363
Outra Receita	150.623	134.752	187.608
<i>Subtotal Funcionamento</i>	<i>37.347.144</i>	<i>37.813.306</i>	<i>46.545.810</i>
PIDDAC			
Taxa Segurança	633.656	259.281	241.061
Transferências OE	387.604	0	0
<i>Subtotal PIDDAC</i>	<i>1.021.260</i>	<i>259.281</i>	<i>241.061</i>
Total Receita	38.368.405	38.072.587	46.786.871
Despesa			
Funcionamento			
Despesas Pessoal	7.145.335	7.784.557	7.691.307
Aquisição de Bens	197.004	197.664	192.919
Aquisição de Serviços	2.237.490	2.470.811	2.260.476
Juros e outros encargos	0	0	0
Transferências Correntes			
Taxa Segurança	25.558.918	27.892.341	24.019.314
Outras	418.282	394.203	413.515
Outras Despesas Correntes			
Outras Despesas Correntes	5.240	8.222	3.604
Reserva Orçamental	0	0	0
Aquisição de Bens de Capital	35.866	120.089	43.540
<i>Subtotal Funcionamento</i>	<i>35.598.135</i>	<i>38.867.887</i>	<i>34.624.675</i>
PIDDAC			
Aquisição de Serviços	157.180	33.912	5.385
Aquisição de Bens de Capital	793.345	225.369	235.676
<i>Subtotal PIDDAC</i>	<i>950.525</i>	<i>259.281</i>	<i>241.061</i>
Total Despesa	36.548.660	39.127.168	34.865.736

A receita taxa de segurança ascendeu a 43.461.900 €, o que representou um aumento desta natureza de receita de 21,06 % face a 2009.

Em termos globais, a despesa sofreu uma quebra de cerca de 11 % face a 2009, situação que face à sua relevância no contexto da totalidade da despesa é justificada pela variação ocorrida nas transferências inerentes à Taxa de segurança (14 %).

Efectivamente, por via do cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei de Execução Orçamental, segundo o qual no decorrer da Gerência de 2010 deveria ser efectuada uma reserva de 20 % sobre o total do Agrupamento de Receita 04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades, no qual se insere a receita consignada Taxa de Segurança: todavia, destacam-se ainda as seguintes variações da despesa:

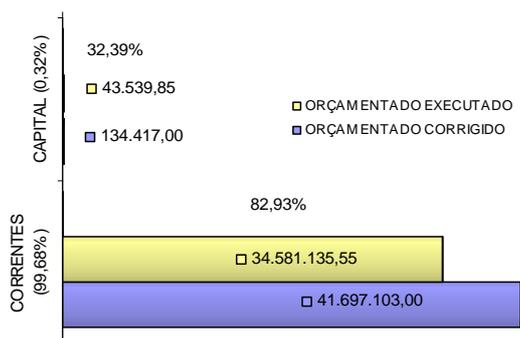
Natureza de Despesa	Variação face a 2009	
	€	%
Transferências Correntes - Taxa de Segurança	-3.873.027	-13,89%
Aquisição de Bens e Serviços	-243.608	-9,01%
Aquisição de Bens de Capital	-66.241	-19,17%

3.3 Execução Orçamental

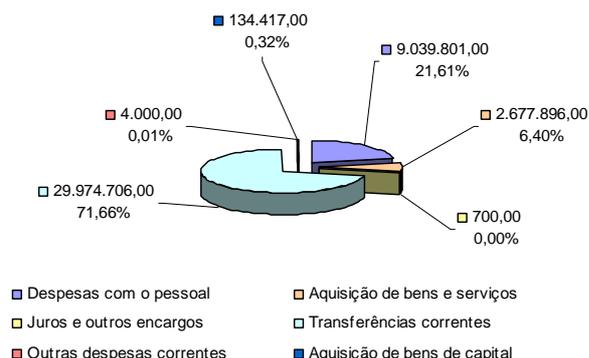
- Execução da Despesa

Em 31 de Dezembro de 2010, a despesa executada no orçamento 03 12 00 – Instituto Nacional de Aviação Civil totalizou 34.624.675,40 € enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 46.699.760,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 82,77%.

Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 03.12.00



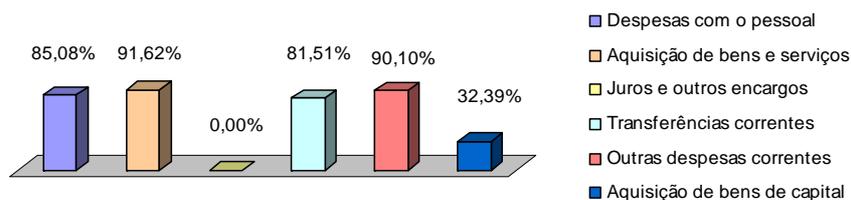
Despesa Orçamentada Corrigida Por Agrupamento – 03.12.00



A despesa orçamentada corrigida compunha-se de 0,32% de despesas de capital e de 99,68% de despesas correntes, sendo a execução orçamental destas despesas de, respectivamente, 32,39% e 82,93%.

Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve uma maior preponderância das despesas com transferências correntes (71,66%).

Despesa Executada Por Agrupamento – 03.12.00

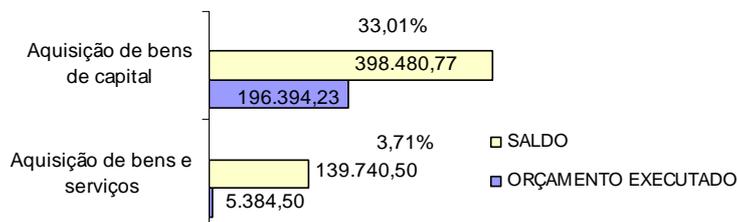


Na despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 85,08% para as despesas com o pessoal, de 91,62% para as despesas com aquisição de bens e serviços, de 81,51% para as despesas com transferências correntes, de 90,10% para as despesas com outras despesas correntes e de 32,39% para as despesas com aquisição de bens de capital. No sub agrupamento juros e outros encargos não houve execução orçamental.

A despesa executada no orçamento 50 12 001 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico totalizou 201.778,73 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 740.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 27,27%.

A despesa orçamentada compunha-se por despesas de capital (aquisição de bens de capital) e por despesas correntes (aquisição de bens e serviços) as quais tiveram graus de execução orçamental de 33,01% e 3,71%, respectivamente.

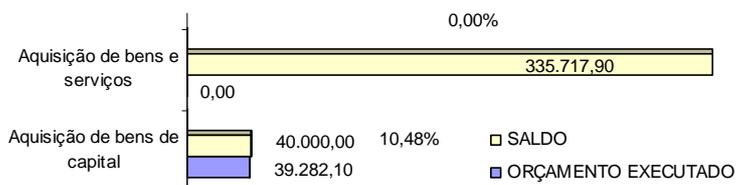
Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.001



A despesa executada no orçamento 50 12 006 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações totalizou 39.282,10 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 415.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 9,47%.

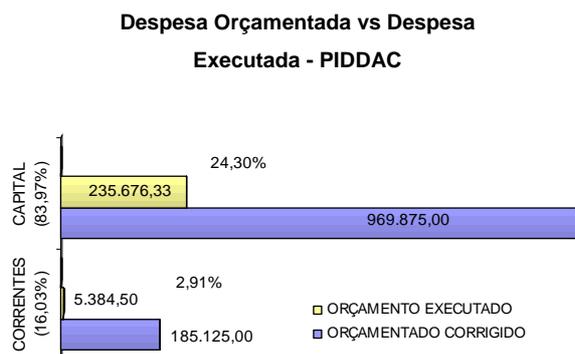
A despesa orçamentada compunha-se por despesas de capital (aquisição de bens de capital) que obteve um grau de execução orçamental de 10,48% e por despesas correntes (aquisição de bens e serviços) que não obtiveram execução orçamental.

Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.006

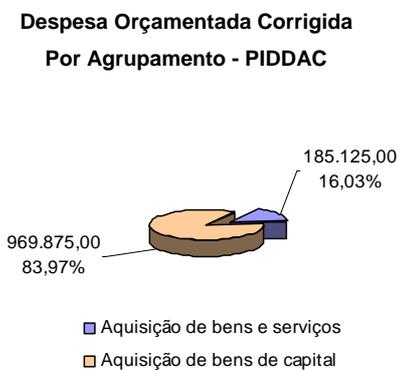


Na globalidade, a despesa executada no PIDDAC totalizou 241.060,83 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 1.155.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 20,87%.

A despesa orçamentada compunha-se por 83,97% de despesas de capital e por 16,03% de despesas correntes, sendo a execução destas despesas respectivamente, de 24,30% e 2,91%.

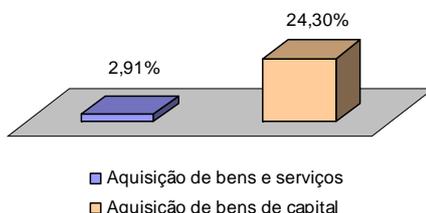


Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve um maior predomínio das despesas com aquisição de bens de capital (83,97%).



Considerando a despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 2,91% para as despesas com aquisição de bens e serviços e de 24,30% para as despesas com aquisição de bens de capital.

Despesa Executada Por Agrupamento – PIDDAC

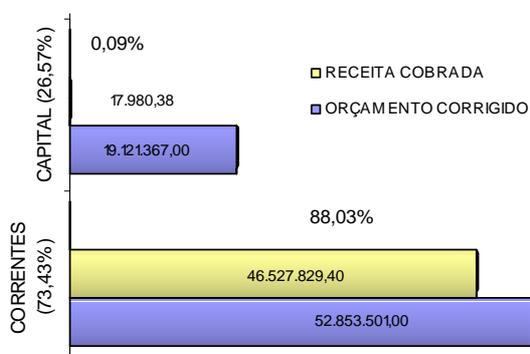


- Execução da Receita

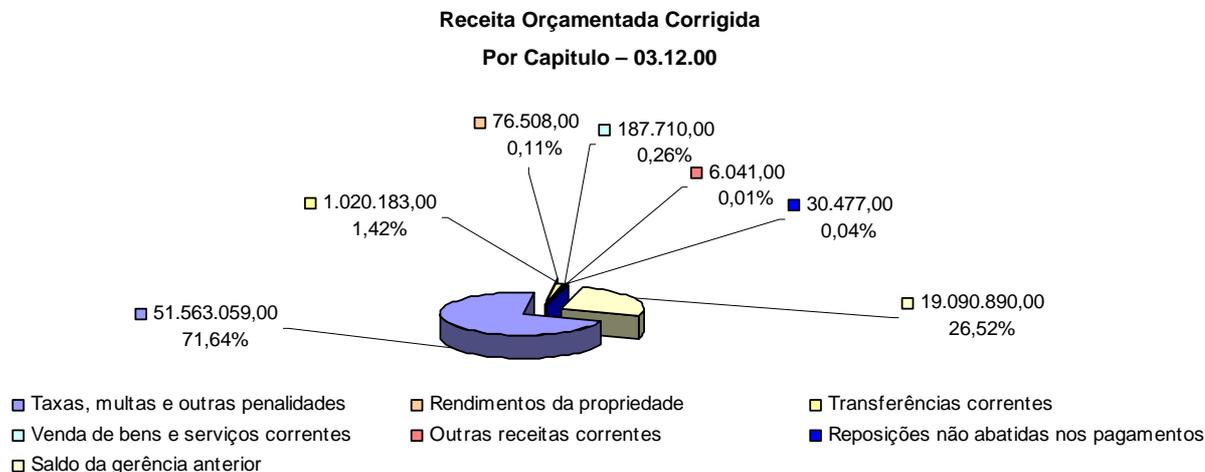
Em 31 de Dezembro de 2010, a receita executada no orçamento 03 12 00 – Instituto Nacional de Aviação Civil totalizou 46.545.809,78 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 71.974.868,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 64,67%.

A receita orçamentada corrigida, compunha-se por 26,57% de receitas de capital e por 73,43% de receitas correntes, sendo a execução destas receitas de 0,09% e 88,03%, respectivamente.

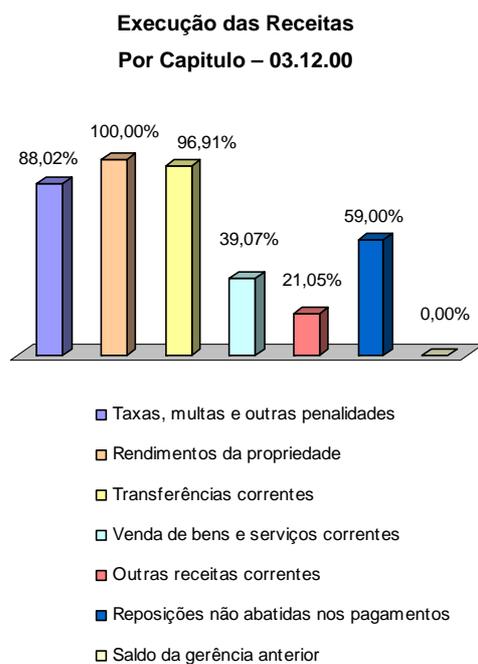
Receita Corrente vs Receita de Capital – 03.12.00



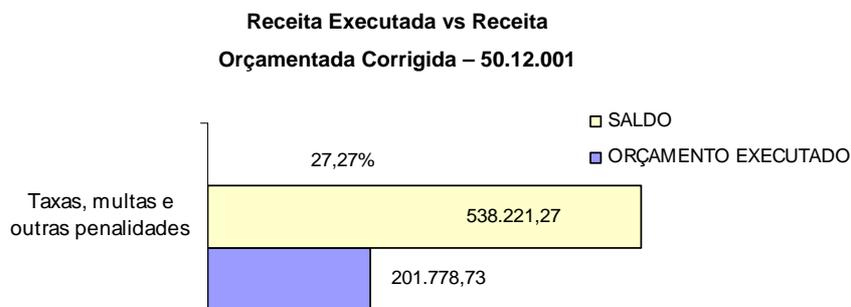
Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se que houve uma maior preponderância das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades (71,64%).



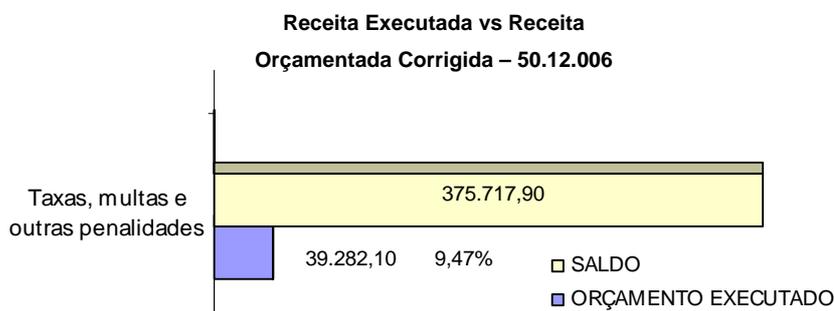
Considerando a receita executada por capítulo, verificaram-se graus de execução orçamental de 88,02% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, de 100,00% para as receitas provenientes de rendimentos de propriedade, de 96,91% para as receitas provenientes de transferências correntes, de 39,07% para as receitas provenientes de venda de bens e serviços correntes, de 21,05% para as receitas provenientes de outras receitas correntes e de 59,00% para as receitas provenientes de reposições não abatidas nos pagamentos. Não se verificou execução orçamental para o saldo da gerência anterior.



A receita executada no orçamento 50 12 001 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico totalizou 201.778,73 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 740.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 27,27%. A receita orçamentada compunha-se por receitas correntes, nomeadamente, pelo capítulo taxas, multas e outras penalidades.

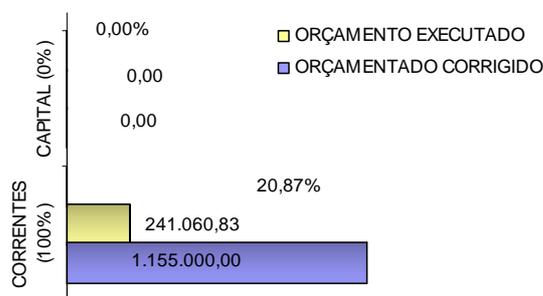


A receita executada no orçamento 50 12 006 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações totalizou 39.282,10 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 415.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 9,47%. A receita orçamentada compunha-se por receitas correntes, nomeadamente, pelo capítulo taxas, multas e outras penalidades.



Na globalidade, a receita executada no PIDDAC totalizou 241.060,83 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 1.155.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 20,87%. A receita orçamentada compunha-se por receitas correntes, nomeadamente, pelo capítulo taxas, multas e outras penalidades.

Receitas Correntes vs Receitas de Capital – PIDDAC



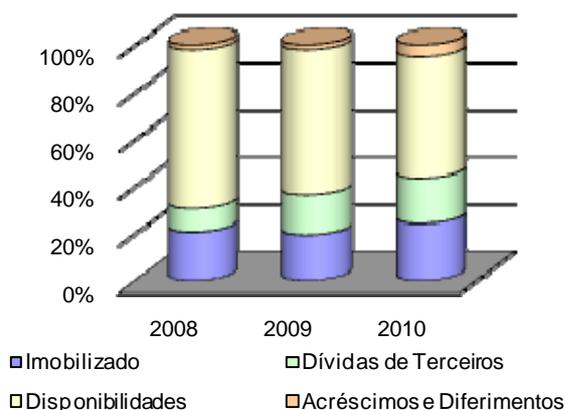
3.4 Execução Patrimonial

- Contas de Balanço

O activo líquido, no valor 23.956.968,38 €, é composto por imobilizado (24,10%), por dívidas de terceiros - Curto prazo (19,32%), por disponibilidades (51,45%) e por acréscimos e diferimentos do activo (5,13%).

As disponibilidades são constituídas pelo saldo em contas no Tesouro (12.183.540,56 €), pelos saldos de depósitos em instituições financeiras (112.539,54 €) e pelo saldo em caixa (29.649,97 €). O imobilizado constitui-se por bens de domínio público (1.894.275,71 €) e por imobilizações corpóreas (3.879.817,61 €). As dívidas de terceiros — Curto prazo constituem-se por utentes, c/c (3.102.237,01 €), por clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, c/c (1.508.544,28 €) e por outros devedores (16.732,20 €).

Composição do Activo

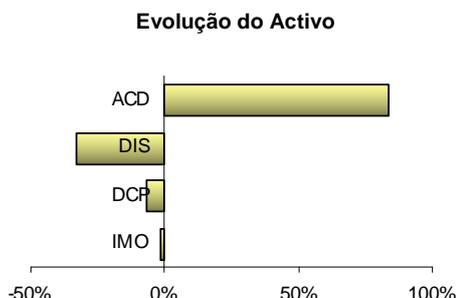


Os acréscimos e diferimentos constituem-se por acréscimos de proveitos (1.226.661,57 €) e por custos diferidos (2.969,93 €).

Relativamente ao exercício anterior, o activo líquido diminuiu 7.303.189,93 € (23,36%) o que se explica pelas diminuições do saldo da conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa (6.933.665,83 €), do imobilizado líquido (264.198,45 €) e das dívidas de terceiros – Curto prazo (665.296,35 €) e pelos aumentos dos saldos dos acréscimos e diferimentos do activo (559.970,70 €).

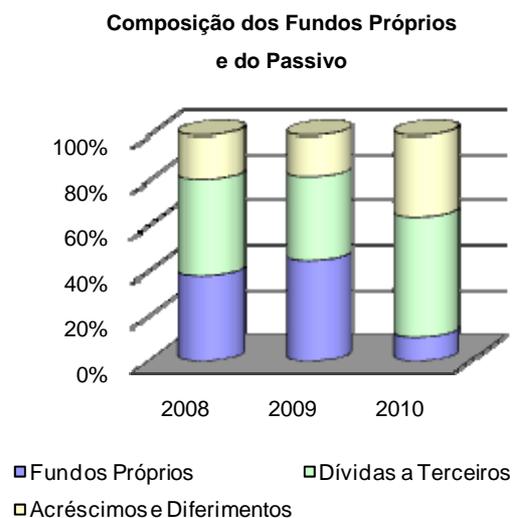
Verificou-se um aumento do passivo (3.595.253,04 €) consubstanciado nos aumentos das dívidas a terceiros – curto prazo (920.670,63 €) e dos acréscimos e diferimentos (2.695.295,09 €) e na diminuição das provisões para riscos e encargos (20.712,68 €). Por outro lado, verificou-se uma diminuição nos fundos próprios (10.898.442,97 €).

O fundo de maneo necessário diminuiu 1.331.981,96 € (foi negativo em 4.805.490,59 € em 2009 e diminuiu para 6.137.472,55 € negativos em 2010), tendo-se verificado uma variação negativa na tesouraria de 9.068.990,22 €.

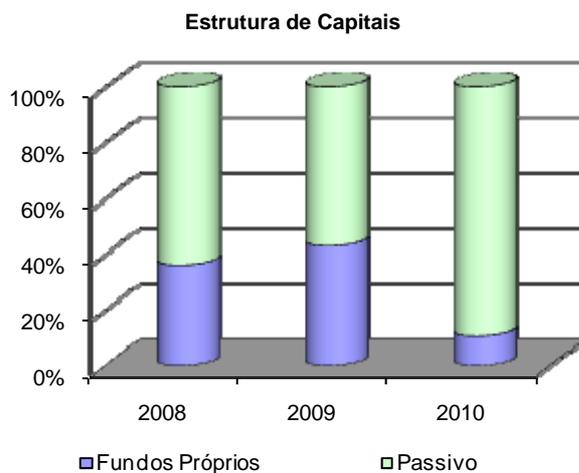


Verificou-se, assim, que a tesouraria foi positiva em 5.292.574,50 € (14.361.564,72 € no exercício de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010, os fundos próprios representavam 10,44% do activo (42,87% no exercício de 2009), enquanto as Provisões para riscos e encargos representavam 4,90% (3,82% no exercício de 2009), as dívidas a terceiros de curto prazo representavam 50,17% (35,50% no exercício de 2009) e os acréscimos e diferimentos representavam 34,49% (17,81% no exercício de 2009).



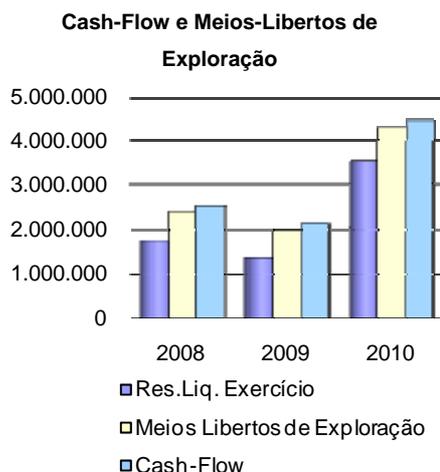
No mesmo período, os fundos próprios representavam 11,66% (75,03% no exercício de 2009) do passivo o que evidencia uma diminuição na solvabilidade e uma estrutura financeira caracterizada por uma razoável componente de fundos alheios.



- Contas de Resultados

Os resultados líquidos do período foram de 3.550.245,13 € tendo contribuído para este resultado o facto de se terem verificado resultados operacionais de 3.376.730,62 €, resultados financeiros de 75.518,85 € e resultados extraordinários de 97.995,66 €.

Os indicadores cash-flow e os meios libertos de exploração aumentaram em relação ao exercício anterior. O cash-flow cifrou-se em 4.486.674,67 € (2.128.780,94 € no exercício anterior) e os meios libertos de exploração foram de 4.313.160,16 € (1.987.651,72 € no exercício anterior).



Os resultados operacionais aumentaram 2.149.620,62 € (foram de 1.227.110,00 € no exercício de 2009 e aumentaram para 3.376.730,62 € no exercício de 2010), os resultados financeiros aumentaram 51.285,61 € (foram de 24.233,24 € no exercício de 2009 e aumentaram para 75.518,85 € no exercício de 2010) e os resultados extraordinários diminuíram 18.900,32 € (tinham sido 116.895,98 € no exercício de 2009 e diminuíram para 97.995,66 € no exercício de 2010).



Ao nível da estrutura de custos merece destaque o peso significativo dos custos com o pessoal, os quais representam 44,89% do total dos proveitos (anexo IV – demonstração dos resultados funcional).

3.5 Demonstrações Financeiras

- Balanço

CÓDIGO DAS CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2010		2009	
		AB	AP	AL	AL
POCP					
ATIVO					
IMOBILIZADO:					
Bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais	751.469,58		751.469,58	751.469,58
452	Edifícios	1.633.858,09	491.051,96	1.142.806,13	1.138.368,59
453	Outras construções e infra-estruturas				
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		2.385.327,67	491.051,96	1.894.275,71	1.889.838,17
Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	2.863.619,69	194.292,43	2.669.327,26	2.704.527,61
423	Equipamento básico	611.903,82	576.080,00	35.823,82	55.390,52
424	Equipamento de transporte	56.375,75	55.841,53	534,22	2.228,10
425	Ferramentas e utensílios	3.069,38	3.041,63	27,75	41,89
426	Equipamento administrativo	3.572.573,77	2.653.437,57	919.136,20	651.269,77
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	269.973,16	197.911,47	72.061,69	78.304,30
442	Imobilizações em curso	182.906,67		182.906,67	656.691,41
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		7.560.422,24	3.680.604,63	3.879.817,61	4.148.453,60
Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
CIRCULANTE:					
Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
Dividas de terceiros – Médio e longo prazos					
Dividas de terceiros – Curto prazo:					
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				15.854,88
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c	3.102.237,01		3.102.237,01	3.073.072,23
214	Clientes, contribuintes e utentes – Títulos a receber				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2.761.775,22	1.253.230,94	1.508.544,28	1.693.850,80
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
26	Outros devedores	16.732,20		16.732,20	510.031,93
		5.880.744,43	1.253.230,94	4.627.513,49	5.292.809,84
Titulos negociáveis:					
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:					
13	Conta no Tesouro	12.183.540,56		12.183.540,56	19.176.349,31
12	Depósitos em instituições financeiras	112.539,54		112.539,54	54.751,23
11	Caixa	29.649,97		29.649,97	28.295,36
		12.325.730,07		12.325.730,07	19.259.395,90
Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	1.226.661,57		1.226.661,57	660.681,64
272	Custos diferidos	2.969,93		2.969,93	8.979,16
		1.229.631,50		1,229.631,50	669.660,80
Total de amortizações					
Total de provisões					
Total do activo		29.381.855,91	5.424.887,53	23.956.968,38	31.260.158,31



INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

I-BALANÇO

Exercício de 2010

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOSE PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2010	2009
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	8.573.803,00	8.573.803,00
55	Ajustamentos de partes em capital de empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas de correntes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	-9.622.037,19	3.458.411,69
88	Resultado líquido do exercício	3.550.245,13	1.368.239,22
		2.502.010,94	13.400.453,91
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos	1.173.953,39	1.194.666,07
		1.173.953,39	1.194.666,07
	Dividas a terceiros – Médio e longo prazo:		
	Dividas a terceiros – Curto prazo:		
23111+23211	Empréstimos por divida titulada		
23112+23212	Empréstimos por divida não titulada		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores – Facturas em recepção e conferência		
222	Fornecedores – Títulos a pagar		
2612	Fornecedores de imobilizado – Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	307.736,83	434,16
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	12.658,12	75.587,92
26	Outros credores	11.697.822,03	11.021.524,27
		12.018.216,98	11.097.546,35
	Acréscimos de diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3.813.737,52	1.006.702,20
274	Proveitos diferidos	4.449.049,55	4.560.789,78
		8.262.787,07	5.567.491,98
	Total do passivo	21.454.957,44	17.859.704,40
	Total dos fundos próprios e do passivo	23.956.968,38	31.260.158,31

º= gina2

Abreviaturas:

AB=activo bruto.
AP=amortização e provisões acumuladas.
AL=activo líquido.

- Demonstração de Resultados

CODIGO DAS CONTAS		EXERCÍCIOS	
		2010	2009
INAC INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL		II - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	
		Exercício de 2010 Unidade: Euros	
POCP			
CUSTOS E PERDAS			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias		
	Matérias		
62	Fornecimentos e serviços externos	3.161.133,57	3.332.984,55
Custos com o pessoal:			
641+642 643 a 648	Remunerações	5.727.799,31	6.037.797,03
	Encargos sociais:		
	Pensões	22.588,56	848,23
	Outros	1.084.750,20	1.194.507,33
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	569.767,09	407.271,28
66	Amortizações do exercício	564.410,23	466.832,63
67	Provisões do exercício	372.019,31	293.709,09
65	Outros custos e perdas operacionais (A)	1.081,84	15,84
		11.503.550,11	11.733.965,98
68	Custos e perdas financeiras (C)	989,13	782,33
		11.504.539,24	11.734.748,31
69	Custos e perdas extraordinários (E)	171.490,66	2.003,61
		11.676.029,90	11.736.751,92
88	Resultado líquido do exercício	3.550.245,13	1.368.239,22
		15.226.275,03	13.104.991,14
PROVEITOS E GANHOS			
71	Vendas e prestações de serviços:		
	Vendas de mercadorias	6.124,10	6.616,87
	Vendas de Produtos		
	Prestações de serviços	47.705,94	57.755,47
72	Impostos, taxas e outros	13.787.702,18	12.394.022,55
75	Variação da produção		
73	Trabalhos para a própria entidade		
74	Proveitos suplementares		20,00
741 742 e 743	Transferências e subsídios correntes obtidos:		
	Transferências — Tesouro		
	Outras	1.038.748,51	501.860,51
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	14.826.450,69	800,58
		14.880.280,73	12.896.703,64
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)	76.507,98	25.015,57
		14.956.788,71	12.986.091,55
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)	269.486,32	118.899,59
		15.226.275,03	13.104.991,14
Resumo:			
Resultados operacionais: (B)-(A) =		3.376.730,62	1.227.110,00
Resultados financeiros (D)-(C) =		75.518,85	24.233,24
Resultados correntes (D)-(C) =		3.452.249,47	1.251.343,24
Resultado líquido do exercício (F)-(E) =		3.550.245,13	1.368.239,22

- Indicadores Económico-Financeiros

 V - INDICADORES FINANCEIROS E ECONOMICOS INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL		Exercício de 2010			
		2010	2009	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
LIQUIDEZ E ROTAÇÕES					
Liquidez geral	0,958	1,523	-0,565	-37,09%	
Liquidez imediata	0,608	1,106	-0,498	-45,03%	
Fundo de maneo líquido (em euros)	-844.898,05	8.720.568,94	-9.565.466,99	-109,69%	
Rotação do activo líquido	0,62	0,432	0,19	43,94%	
Rotação de clientes, alunos e utentes	2,538	2,242	0,30		
ESTRUTURA FINANCEIRA					
Endividamento	89,56%	57,13%	-	32,42%	
Autonomia financeira	10,44%	42,87%	-	-32,42%	
Solvalidade	11,66%	75,03%	-	-63,37%	
Fundo de maneo necessário (em euros)	-6.137.472,55	-4.805.490,59	-1.331.981,96		
Tesouraria (em euros)	5.292.574,50	13.526.059,53	-8.233.485,03	-60,87%	
RENTABILIDADE E MEIOS					
Rentabilidade do activo líquido	14,82%	4,38%	-	10,44%	
Rentabilidade dos fundos próprios	141,90%	10,21%	-	131,69%	
Meios libertos na exploração (em euros)	4.313.160,16	1.987.651,72	2.325.508,44		
Cash-flow (em euros)	4.486.674,67	2.128.574,14	2.358.100,53		
Equação de Dupont:					
Margem líquida sobre vendas	23,86%	10,55%	-	13,30%	
Rotação do activo líquido	0,62	0,432	0,19	43,94%	
Multiplicador dos fundos próprios	9,58	2,24	7,33	327,20%	

3.6 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Instituto Nacional de Aviação Civil, IP (INAC, IP) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, sucedendo à extinta Direcção-Geral de Aviação Civil. Posteriormente, face à evolução verificada no sector da aviação civil e as recomendações apontadas por várias organizações internacionais (ICAO e JAA) que regulam a missão do Instituto, o Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, veio reforçar as suas atribuições e competências por forma a responder às exigências de regulação definidas a nível europeu e internacional.

Conforme o estipulado no “Capítulo V – Regime Financeiro e Patrimonial”, no art.º 28º do Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, a contabilidade do INAC, IP é elaborada segundo o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Até ao exercício económico de 2000, a contabilidade do INAC, IP caracterizou-se por ser uma contabilidade de caixa. Na sequência de entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 03 de Setembro, deu-se início no exercício económico de 2001 à implementação da contabilidade nos termos daquele plano.

Para o efeito houve a necessidade de proceder ao registo dos saldos iniciais, obtendo-se o balanço inicial a partir dos elementos activos e passivos constantes do inventário à data de 1 de Janeiro de 2001.

As presentes demonstrações financeiras reportam ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010. As notas que a seguir se apresentam cumprem o estipulado no Decreto-Lei n.º 232/97, de 03 de Setembro, e visam facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidos na Instrução n.º 1/2004 — 2.ª Secção, publicadas no DR N.º 38, II Série, de 14 de Fevereiro.

As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omitidas, mantendo-se no entanto a numeração existente no Decreto-Lei acima referenciado. Os quadros solicitados, quando aplicáveis, encontram-se em anexo.

8.1 – Caracterização da entidade

8.1.1 – Identificação

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, IP

Rua B, Edifícios 4, 5 e 6

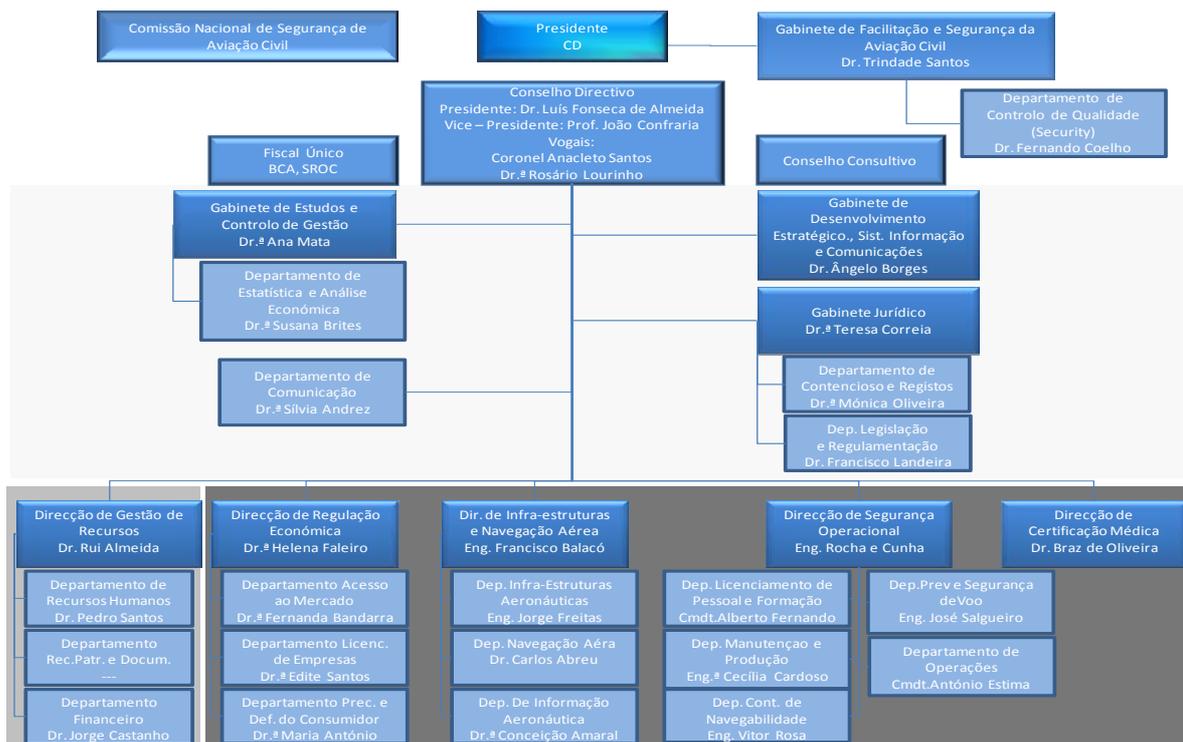
Aeroporto da Portela 4, 1749-034 Lisboa

O INAC, I.P. é um organismo público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, e património próprio, sujeito à tutela do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

8.1.2 – Legislação

O INAC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, tendo por finalidade supervisionar, regulamentar e inspeccionar o sector da Aviação Civil no espaço nacional e no internacional confiado à jurisdição portuguesa. O Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, veio reforçar as suas atribuições e competências para responder às exigências de regulação definidas a nível europeu e internacional.

8.1.3 – A estrutura organizacional efectiva (31 de Dezembro de 2010) está esquematizada sob a forma do organograma que se apresenta aposto na página seguinte:



Legenda:

	- Apoio Estratégico ao CD		- Órgãos de Suporte ao PCD
	- Funções de Suporte		- Órgãos Sociais
	- Funções Nucleares		- Unidades Orgânicas de nível I
			- Unidades Orgânicas de nível II

8.1.4 – A actividade desenvolvida pelo INAC, I.P. no decorrer do ano continuou a concentrar-se, essencialmente, na supervisão e regulamentação do sector da Aviação Civil. Uma descrição detalhada das actividades realizadas no exercício de 2010 é fornecida no Relatório de Actividades.

8.1.5 – RECURSOS HUMANOS:

O Conselho Directivo do INAC, I.P. (Pessoal Dirigente) é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais.

O quadro de trabalhadores do INAC, IP, a 31 de Dezembro de 2010, contém 195 trabalhadores, dividindo-se conforme aposto na tabela seguinte:

Vínculo Contratual INAC	195
Conselho Directivo	4
Comissão de Serviço	5
Contrato T. Funções Públicas	133
Mobilidade Interna	8
Cedência de interesse público	6
Comissão Normal	2
Avençados/Prestadores de Serviço	37

8.1.6 – Organização contabilística

1. Foram definidos dois regulamentos, um de receita e um de despesa, que garantem a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.
2. Não existe um Manual de Procedimentos contabilísticos organizado, no entanto foram criados alguns procedimentos no INAC, I.P. associados à área administrativa e financeira, devidamente autorizados pelo Conselho Directivo, que se encontram em constante desenvolvimento/ revisão com vista à elaboração do respectivo Manual de Procedimentos.

Internamente é efectuada uma verificação regular sobre a legalidade, regularidade e boa gestão da despesa pública, tendo presente o orçamento aprovado, o cumprimento das fases da despesa e o correcto enquadramento em termos de contratação pública.

3. Os livros de registo utilizados são o Diário, Razão e Balancetes do Razão, Inventário das Imobilizações, Inventário das Existências e Balanços.
4. Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:
 - Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (factura ou documento equivalente), autorização de pagamento, documento comprovativo do pagamento (fotocópia do cheque e folhas de transferências bancárias) e recibo comprovativo do pagamento. Estes processos estão arquivados por proposta de realização de despesa de acordo com a classificação económica das despesas públicas.
 - Receitas – Folhas de caixa diárias com guias de receita relativas a vendas e prestação de serviços produzidas pelo sistema informático de facturação, as quais servem de apoio ao registo da liquidação e cobrança de receitas. Estes documentos estão arquivados por dias.
 - Outras operações – Existe um arquivo para as guias de entrega de descontos e retenções e demais documentos de suporte. Existe ainda um arquivo das restantes operações de tesouraria, tais como as entregas do IVA liquidado.
5. O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que a maioria dos movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este automatismo existe graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e receitas e os códigos de contas previstos no plano de contas do INAC, I.P..

Complementarmente, o INAC, I.P. possui uma aplicação, desenvolvida internamente, para suporte do processo de liquidação, cobrança e gestão de contas correntes de Clientes/ Utentes, a qual por não estar integrada com a aplicação supramencionada, tem inerente um registo diário dos movimentos ocorridos, de modo a manter a consistência de dados entre as duas aplicações.

A par do mencionado, é efectuado um controlo diário de conformidade de dados entre as referidas aplicações.

6. Quanto às demonstrações financeiras intercalares, o INAC, I.P. elabora demonstrações financeiras mensais, sendo as mesmas utilizadas internamente e enviadas às respectivas entidades de controlo.
7. Não existe descentralização contabilística.

8.1.7 – Outra informação considerada relevante

1. Oportunidade da informação – A informação contabilística encontra-se disponível nos serviços financeiros e na tesouraria. A informação financeira é introduzida diariamente no sistema informático de apoio à contabilidade.
2. Revisão dos registos contabilísticos – São objecto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com outputs extraídos da contabilidade patrimonial.
3. Reconciliações bancárias – As reconciliações bancárias são efectuadas quinzenalmente. Sempre que se verificaram diferenças, as mesmas foram averiguadas e prontamente regularizadas.
4. Imobilizado - Nos termos das normas gerais em vigor relativas à inventariação dos bens do activo imobilizado dos serviços públicos, constantes da Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril e de acordo com a Orientação nº 2/2000 da CNCAP (Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública), a actualização do inventário dos bens patrimoniais releva-se como importante instrumento económico-financeiro na dupla vertente do controle e gestão da actividade patrimonial e de uma correcta contabilização de acordo com o POCP.

A inventariação dos bens imóveis constitui também uma necessidade, nos termos do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto, o qual corporiza o regime do património imobiliário público.

Neste sentido, durante a Gerência de 2009 concluiu-se um projecto que visa mitigar os aspectos críticos associados à gestão e controlo do imobilizado do Instituto, abrangendo:

- a. A elaboração de um diagnóstico da situação patrimonial do INAC, I.P. e definição de um modelo de dados que identifique as normas de classificação e gestão de cada tipologia de activos;
- b. A identificação e inventariação dos bens que integram o activo imobilizado corpóreo móvel, através da sua identificação, etiquetagem e classificação;
- c. A reconciliação físico-contabilística dos bens inventariados;
- d. A identificação e valorização dos bens registados não abrangidos pela reconciliação físico-contabilística;
- e. A adequação da base de dados de suporte ao património do INAC, I.P. e a integração dos dados no software de gestão de imobilizado existente; e
- f. A elaboração de um Manual de Procedimentos de Gestão do Imobilizado.

Os resultados deste projecto foram reflectidos na Gerência de 2009 através de Movimentos de Regularização registados a 31 de Dezembro de 2009.

5. Clientes – Durante o Exercício 2010, com o intuito de garantir a fiabilidade da informação existente foram desenvolvidos diversos procedimentos, dos quais se destacam:
 - a. Circularização Anual a Clientes;
 - b. Envio de um Formulário de Identificação de Clientes, com a solicitação do preenchimento dos seus dados;
 - c. Análise da correspondência enviada a Clientes que é devolvida, e o seu posterior tratamento, com a respectiva correcção de dados;
 - d. Comunicação de Créditos Vencidos;
 - e. Reporte ao Conselho Directivo das Guias de Taxa de Segurança em dívida com vista a encetar procedimentos de contra-ordenação;
 - f. Desenvolvimento na aplicação de facturação de uma ferramenta que emite uma recordatória automática aos Clientes com a indicação que o prazo de pagamento das Guias de Taxa de Segurança está a expirar.

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Bases de apresentação: As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). Os números não indicados neste anexo não são aplicáveis ou são irrelevantes.

8.2.2 – Valores comparativos: As demonstrações financeiras anexas apresentam valores comparativos face ao ano anterior em todas as contas.

8.2.3 – O critério utilizado na valorimetria das rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados foi o do custo de aquisição.

As amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes com base nas taxas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91 de 17 de Abril de 2000.

Tendo presente o Projecto supramencionado de Inventariação do Património do INAC, IP e correspondente revisão dos procedimentos de registo e controlo inerentes, procedeu-se à regularização contabilística de um conjunto de bens, cuja natureza, existência e valor não correspondiam à sua situação efectiva.

Após a conclusão da reconciliação físico-contabilística dos bens inventariados, procedeu-se à valorização dos bens inventariados não reconciliados.

A valorização dos bens inventariados foi efectuada através da análise e identificação do preço de mercado (valor actual), deduzido da depreciação ocorrida até à data para os bens semelhantes.

Os bens valorizados assumiram como data de aquisição a data de inventário inicial, e para efeitos de cálculo das amortizações futuras, foram considerados os respectivos estados de conservação dos mesmos da seguinte forma:

- Os bens em bom estado serão amortizados à taxa indicada nas tabelas do CIBE;
- Os bens em mau estado serão amortizados ao dobro da taxa indicada nas tabelas do CIBE.

O cálculo das provisões, no seguimento do efectuado nas anteriores gerências, teve como base o disposto no n.º 2 do art.º 34.º do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas, que indica qual o montante anual acumulado da provisão para cobertura dos créditos de cobrança duvidosa.

8.2.7 - O Mapa do Activo bruto e o mapa das Amortizações e Provisões constam dos quadros em anexo à presente conta de gerência. (conforme guia de remessa)

Os movimentos ocorridos nas contas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões são, conforme se referiu acima, os que constam do quadro em anexo às presentes notas.

Tendo presente a consulta efectuada às diversas Unidades Orgânicas responsáveis por projectos de investimento, designadamente sobre a conclusão/ entrada em funcionamento dos mesmos, afim de se proceder à regularização do imobilizado em curso, no decurso deste ano, foi efectuada uma transferência de Imobilizado em curso (Conta 44) para Imobilizado (Conta 42) no valor de 508.329,79 €

8.2.8 – Foi reflectido no activo imobilizado do ano de 2010 o abate das viaturas constantes do quadro seguinte, cujo valor patrimonial registado ascendia a 97,081,65 €, encontrando-se amortizadas quase na sua totalidade (95.858,72 €), sendo o seu valor patrimonial líquido de 1.222,93 €

Matricula	Marca	Modelo	Ano	Combustível	Valor Patrimonial	Amortização	Valor Líquido	Data de Abate
20-80-EG	SEAT	IBIZA	1994	GASOLINA	10.448,90 €	10.448,90 €	0,00 €	03-01-2010
20-81-EG	SEAT	IBIZA	1994	GASOLINA	12.518,91 €	11.810,93 €	707,98 €	03-01-2010
93-49-EF	SEAT	IBIZA	1994	GASOLINA	11.600,49 €	11.344,22 €	256,27 €	03-01-2010
38-99-DT	SEAT	IBIZA	1994	GASOLINA	10.110,32 €	10.110,32 €	0,00 €	03-01-2010
59-35-DT	SEAT	IBIZA	1994	GASOLINA	10.110,32 €	10.110,32 €	0,00 €	03-01-2010
73-42-DS	SEAT	IBIZA	1994	GASOLINA	10.110,32 €	10.110,32 €	0,00 €	03-01-2010
XL-51-17	RENAULT	19	1991	GASOLINA	18.197,26 €	17.938,58 €	258,68 €	03-01-2010
RA-05-93	PEUGEOT	504	1988	DIESEL	13.985,13 €	13.985,13 €	0,00 €	03-01-2010
Total					97.081,65 €	95.858,72 €	1.222,93 €	

Mais se informa, que o processo de abate das viaturas em causa foi realizado de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Parque de Veículos do Estado.

8.2.23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas rubricas de dívidas de terceiros do Balanço, tendo presente a mora da dívida, apresentam o seguinte detalhe:

218 - Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	
2181 - Taxa de Segurança	1.611.861,10 €
2182 - Outras Taxas	1.149.914,12 €
Total	2.761.775,22 €

8.2.31 – O desdobramento das contas de Provisões Acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício consta do quadro em anexo à presente prestação de contas conforme Guia de remessa.

8.2.32 – A classe 5 – Fundo patrimonial é constituída pelo valor do património inicial, pelos resultados transitados e pelo resultado líquido do exercício.

Como variação positiva foi registado 1.368.239,22 € relativo ao Resultado Líquido do Exercício de 2009, inscrito como resultados transitados, e como variação negativa foi registado um total de 14.448.688,10 €

- a. 2.812.249,59 € - Pagamento relativo ao Suplemento de Isenção de Horário de Trabalho, a efectuar aos trabalhadores que desempenham funções de dirigente no âmbito do contrato individual de trabalho, cujo direito se encontra configurado no artigo 14.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, e, depois, no artigo 256.º, n.º 2 do Código do Trabalho, em 24.07.2009;
- b. 11.636.438,51 € – Relativo à parte pertença deste Instituto do saldo de gerência acumulado a 31 de Dezembro de 2009 que, tendo por base a legislação emitida no âmbito da execução orçamental de 2010, foram entregues nos cofres do Estado, de um total de 19.090.889,18 €

8.2.37 – A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro em anexo à presente prestação de contas conforme Guia de remessa.

8.2.38 – A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro em anexo à presente prestação de contas conforme Guia de remessa.

8.2.39 – Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve ainda ter-se em consideração os seguintes pontos:

1. Seguindo a Orientação – Norma interpretativa n.º 2/2001 – Movimentação da conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento do POCP, as dívidas de e a terceiros não transitaram para a conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento ficando registadas nas contas originárias.
2. A conta 218 – Clientes de Cobrança Duvidosa, foi deduzida no valor de 429.215,59 €, montante em dívida por parte da companhia aérea Air Columbus, cujo reconhecimento da falência foi registado na gerência de 2010.
3. Foram registados acréscimos e diferimentos a 31 de Dezembro de 2010.
4. Relativamente à conta 271 – Acréscimos de proveitos foram registados os proveitos respeitantes a 2010 mas que apenas serão liquidados em 2011, nomeadamente as Taxas de Segurança e outras taxas nos montantes de 629.443,25 € e 31.238,39 € respectivamente (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações).

Foi ainda inscrito o acréscimo relativo à Taxa de Navegação Aérea em Rota, a receber da NAV. EPE, no montante de 543.247,00 €

5. A conta 272 – Custos diferidos, evidencia o valor relativo à quota-parte dos custos que deverão ser reconhecidos nos exercícios seguintes (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações).
6. O saldo de 3.813.737,52 € da conta 273 – Acréscimos de custos reflecte os seguintes encargos:
 - a) Remunerações a liquidar no ano seguinte cujos custos reportam ao presente exercício, nomeadamente o subsídio e o mês de férias – 824.775,81 €;
 - b) Consumos de outros fornecimentos e serviços para os quais as facturas datam de 2010 mas que concorrem para o apuramento de resultados deste exercício, designadamente electricidade, comunicações, e outros trabalhos especializados (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações) – 43.601,27 €;
 - c) Transferência a efectuar para a Autoridade da Concorrência, no âmbito do número 2 da Portaria N.º 505/2010, de 12 de Julho – 133.110,85 €;

d) Verba relativa ao Suplemento de Isenção de Horário de Trabalho – 2.812.249,59 €

De salientar que, no montante global relativo ao Suplemento de Isenção de Horário de Trabalho, estão incluídos 371.449,04 € para fazer face aos encargos sobre remunerações deste Instituto (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações).

7. O saldo da conta 274 – Proveitos diferidos evidencia os proveitos resultantes de transferências do Orçamento do Estado (PIDDAC) considerados subsídios ao investimento no valor de 4.449.049,55 €, os quais foram utilizados na aquisição de activos.
8. O saldo da conta 2683 – Outros Devedores e Credores, reflecte a reserva de 20% efectuada no cumprimento do Decreto-Lei de Execução Orçamental, relativa à parte da receita consignada (Taxa de Segurança) que deveria ter sido distribuída no decurso de 2010, no montante de 6.004.842,86 €

Foram ainda deduzidos ao saldo desta conta:

- a) 7.454.450,67 € - Relativo à parte pertença das Entidades Beneficiárias da Taxa de Segurança do saldo de gerência acumulado a 31 de Dezembro de 2009 que, no âmbito da legislação emitida com vista à execução orçamental de 2010, foram entregues nos cofres do Estado;
 - b) 311.181,30 € - Reconhecimento da parte pertença às Entidades Beneficiárias da Taxa de Segurança das verbas em dívida da companhia aérea Air Columbus, cujo reconhecimento de falência foi registado na gerência de 2010.
9. O saldo da Conta 44 – Imobilizado em Curso, no montante de 182.906,67 €, teve presente a consulta às diversas unidades orgânicas responsáveis por os correspondentes projectos de investimento, designadamente sobre a conclusão/ entrada em funcionamento dos mesmos, afim de se proceder à regularização do imobilizado em curso.

Desta consulta resultou a aferição da conclusão de alguns projectos nas áreas informáticas durante o ano de 2010, que levou ao registo em Imobilizado, Conta 426 – Equipamento Administrativo, de um montante que ascendeu a 508.329,79 €
 10. Registaram-se na conta 67 – Provisões do exercício os reforços de provisões de cobrança duvidosa no valor de 372.019,30 € relativas a taxas emitidas a clientes, contribuintes e utentes que se encontram na situação de cobrança duvidosa.

11. Foram registados na conta 69 – Custos extraordinários de 51.750,60 € relativos devoluções de guias cobrados e anulação de guias de taxas emitidas em anos anteriores, 1.222,93 € relativo ao abate de viaturas efectuado e 118.034,29 € correspondentes à parte pertença ao INAC, IP das verbas em dívida da companhia aérea Air Columbus.
12. Na conta 74.2 – Transferências Correntes obtidas foram registados 18.501,51 € relativos a recebimentos do POPH – QREN, por verbas dispendidas nas gerências de 2008 e 2009, pelo que se optou, em termos orçamentais, pelo registo na fonte de financiamento 510.
13. Na conta 78 – Proveitos Financeiros, foram registados os juros auferidos no âmbito do Investimento feito, através do IGCP, IP – Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP, em CEDIC, os quais ascenderam a 76.507,98 €.
14. A 31 de Dezembro reconheceram-se proveitos extraordinários no montante de 269.486,32 € respeitante a:
 - a) 111.740,23 € - Amortizações dos bens que foram financiados com Orçamento do Estado (PIDDAC);
 - b) 118.034,29 € - Anulação da Provisão de Cobrança Duvidosa relativa à companhia aérea Air Columbus;
 - c) 20.712,68 € - Redução da Provisão efectuada para riscos e encargos referentes a processos litigiosos que decorrem em Tribunal;
 - d) 1.076,48 € - Correspondentes à recuperação de parte das verbas reconhecidas como despesas bancárias no âmbito do processo de cobrança de receita, conforme ponto n.º 12 das Recomendações constantes no Relatório de Auditoria n.º 50/2007 – 2ª Secção, do Processo n.º 25/07-AUDIT, do Tribunal de Contas.

Para além deste montante os restantes proveitos extraordinários correspondem às designações das respectivas contas do balancete analítico.

15. Tendo presente a implementação da plataforma electrónica CGA para registo remunerações, desde 2009, os valores apurados para pagamento a esta entidade, aquando do processamento de valores retroactivos, por vezes não são coincidentes entre os valores apurados pelo programa de vencimentos do INAC e os reflectidos na plataforma da CGA, pelo que no fecho de contas de 2010 existe uma diferença de cerca de € 8.000,00 a favor daquela entidade.

Efectuados diversos contactos com a CGA pelo INAC a mesma refere que este organismo não possui dívidas à CGA. Assim, está em curso uma análise que permitirá expor aquela entidade as diferenças existentes e viabilizar a resolução das mesmas.

16. Os saldos das contas de clientes expressam os movimentos ocorridos no exercício de 2010, adicionados dos saldos provenientes de anos anteriores, cujas respectivas contas correntes são geradas em sistema autónomo que serve de base a toda a facturação, com registo diário no sistema de suporte à Contabilidade.

4. Parecer do Fiscal Único



www.inac.pt



INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, I.P. (INAC)

Parecer do Fiscal Único

Exercício findo

em

31 de Dezembro de 2010

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento do disposto no nº1 do artigo 28º da Lei Quadro dos Institutos Públicos (Lei nº 3/2004), de 15 de Janeiro, e do artigo 8º do Decreto-Lei nº 145/2007, de 27 de Abril, temos o prazer de apresentar o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas do Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. (INAC), apresentados pelo Conselho Directivo relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2. Acompanhámos regularmente a actividade desenvolvida no exercício de 2010 através da leitura das actas das reuniões do Conselho Directivo, de contactos com os membros deste órgão e com os Serviços e do desenvolvimento dos procedimentos julgados necessários com vista à verificação da boa execução da contabilidade e do cumprimento das disposições aplicáveis em matéria orçamental, contabilística e de tesouraria.

3. Em matéria orçamental analisámos as alterações efectuadas ao orçamento inicial e a respectiva execução, constatando-se que a receita realizada no exercício, excluindo o saldo de gerência, corresponde a 87% do orçamento corrigido, sendo 88% do orçamento de funcionamento e 21% do orçamento de investimento. Na despesa, a execução total foi de 79%, sendo 80% do orçamento de funcionamento e 21% do orçamento de investimento.

Decorrente do acompanhamento efectuado emitimos Relatórios trimestrais sobre a evolução da execução orçamental.

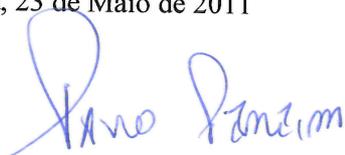
4. Analisámos igualmente os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (Balanço, Demonstração dos Resultados, Anexos às Demonstrações Financeiras, Mapas de Execução Orçamental e Demonstração dos Fluxos de Caixa), tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão, quer da posição financeira do INAC, em 31 de Dezembro de 2010, quer do modo como se desenrolaram as actividades e se formou o resultado no período findo naquela data.

Elaborámos também o Relatório relativo à fiscalização anual e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efectuado, a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Parecer.

5. Finalmente, cumpre-nos assinalar o apoio e colaboração recebidos do Conselho Directivo do INAC e dos Serviços na disponibilização da informação e na prestação dos esclarecimentos considerados necessários ao desempenho das nossas funções de fiscalização.

6. Como consequência do trabalho efectuado, e tendo em consideração os aspectos referidos na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que as Contas apresentadas devem ser aprovadas.

Lisboa, 23 de Maio de 2011



Baptista da Costa & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC



INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, I.P. (INAC)

Certificação Legal das Contas

Exercício findo

em

31 de Dezembro de 2010

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL I.P. (INAC), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 23.956.968 euros e um total de fundos próprios de 2.502.011 euros, incluindo um resultado líquido de 3.550.245 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, os mapas de controlo da execução orçamental da receita e da despesa e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do INAC, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. O INAC desenvolveu, durante 2008, um processo de confirmação de saldos para todas as entidades devedoras que constavam na sua base de dados. O resultado desta confirmação, que serviu de base naquele ano à nossa auditoria, mostrou-se insuficiente, uma vez que as respostas obtidas representaram menos de 1% do total das dívidas a receber de terceiros. Por outro lado, fomos informados que decorreu, por solicitação do Instituto, um inquérito realizado pela Inspeção Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, estando em causa procedimentos de registo de cobranças que suscitam dúvidas sobre se estão registadas todas as guias de receita emitidas e por receber e cujas conclusões não são por nós conhecidas. Face às situações descritas não nos é possível emitir opinião sobre as dívidas de terceiros e sobre os proveitos contabilizados em exercícios anteriores relativos a taxas e multas.

8. Conforme é referido no ponto 8.2.32 e 8.2.39 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados a conta Resultados transitados engloba dois ajustamentos negativos, um dos quais resultante da entrega ao Estado de parte do saldo de gerência acumulado à data de 31 de Dezembro de 2009 (11.636 milhares de euros). O saldo de gerência, totalmente entregue ao Estado, ascendeu a 19.091 milhares de euros, tendo a diferença (7.455 milhares de euros) sido contabilizada como uma diminuição das dívidas a pagar aos vários beneficiários da Taxa de segurança. Tal procedimento resulta de ser entendimento do Conselho Directivo do INAC que o valor do saldo de gerência incluía 7.455 milhares de euros de receita a ser distribuída a um conjunto de Entidades beneficiárias, nos termos do nº 8 do Despacho Conjunto nº 312/2004, de 22 de Maio, quantia que foi efectivamente paga aos beneficiários no ano de 2010. Não obstante as exposições encetadas pelo INAC, não é nesta data conhecida uma posição da Direcção-Geral do Orçamento, a qual é determinante para a apreciação do procedimento contabilístico utilizado.

9. A informação disponível respeitante a diversos pedidos de alterações das posições remuneratórias, decorrentes da contagem de tempo de serviço efectivamente prestado pelos trabalhadores da antiga DGAC, aquando do processo de transição para as carreiras do INAC, não nos permite avaliar com razoabilidade eventuais responsabilidades do Instituto, não obstante já se ter verificado que a pretensão de alguns funcionários não teve acolhimento face ao regime jurídico aplicável.

10. Conforme é referido no ponto 8.2.3 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados o INAC determina o valor da provisão para créditos de cobrança duvidosa com base nos critérios constantes na lei fiscal. Contudo, em nossa opinião, as dívidas a receber de utentes que apresentam problemas de realização excedem em cerca de 900 milhares de euros o valor da provisão apresentado no Balanço.

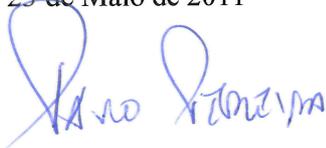
Opinião

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 acima, e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 10 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL I.P. (INAC) em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de Maio de 2011



Baptista da Costa & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC